



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 25 - Nº 487 - DE 02 A 16 DE NOVEMBRO DE 2014 - R\$ 3,00

**Reeleito o governo burguês
de Dilma Rousseff.**

**Trabalhadores devem se preparar
para os ataques que virão.**

**É preciso construir uma frente única
de oposição revolucionária
ao governo e levantar uma
plataforma de reivindicações
de defesa da vida das massas**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

O significado político da vitória de Dilma Rousseff/PT

Por uma pequena margem de votos, a população rejeitou entregar o poder do Estado ao PSDB. O fato de Dilma vencer as eleições no sufoco, no entanto, indicou uma grande aversão de parte da população ao PT.

Em linhas gerais, os mais pobres ficaram com Dilma; a classe média em boa medida, com Aécio Neves. A burguesia, por sua vez, também teve seus alinhamentos. O grande capital identificado com a fração da burguesia Sul/Sudeste, particularmente a paulista, e multinacional se perfilaram com o PSDB. Considerável parcela das oligarquias regionais, principalmente do Norte/Nordeste e de grupos econômicos fisiologicamente ligados ao Estado se manteve com o PT.

Os recursos milionários dependidos pelo poder econômico se distribuíram entre as duas candidaturas. Notoriamente, Dilma Rousseff recebeu a maior quantia. Em compensação, Aécio Neves contou com o poderio dos meios de comunicação.

Basta essa breve descrição das forças em choque para concluir que a acirrada disputa interburguesa agiu pesadamente sobre as massas exploradas para que estas decidissem em qual dos lados ficariam. Dariam continuidade ao governo do PT ou interromperiam, entregando a presidência da República ao PSDB. Dilma convenceu a maioria de que a sua queda e a ascensão de Aécio trariam graves consequências para a vida dos explorados. O candidato do PSDB não conseguiu demonstrar que continuaria com os benefícios assistencialistas do PT. As camadas mais conservadoras e reacionárias da classe média se lançaram em apoio a Aécio sem ter claro as consequências da mudança de governo, se guiando em grande medida pelos escândalos de corrupção e pelos preconceitos de classe.

Tais diferenças permitiram à burocracia sindical e à esquerda petista afirmarem que venceu o “projeto de desenvolvimento com distribuição de renda” contra o “projeto de reformas neoliberais”. Nada garante, porém, que as diferenças de política econômica do PT e do PSDB serão preservadas no segundo mandato de Dilma. O passado governamental de Lula e de Dilma não necessariamente se repetirá. A crise econômica ditará as medidas a serem tomadas pelo novo governo. A grande burguesia que apoiou Aécio, de fato, constitui a força que ditará em última instância a governabilidade. O peso das oligarquias regionais perde relativa substância diante dos grandes desequilíbrios econômicos e financeiros que passaram a vigorar a partir da crise mundial de 2008. Não é essa base burguesa de apoio ao PT que ditará o curso da política econômica. Mas sim o grande capital nacional e imperialista.

Está aí o ponto de intersecção entre o PT e o PSDB, ou melhor, entre as duas grandes alianças burguesas que disputaram a presidência. As diferenças quanto à política econômica e a sua relação com as frações da burguesia, bem como com

setores da classe operária, tendem a se arrefecer em função das necessidades do capitalismo em crise.

Os petistas e a esquerda primam por ocultar o fundamento de classe do governo de Lula e de Dilma. Toma-os como se fossem distintos dos governos burgueses, sem dizerem se são pequeno-burgueses ou proletários. No entanto, são claramente burgueses. Está aí por que o novo governo de Dilma terá de expressar obrigatoriamente as respostas estratégicas da burguesia nacional e internacional para a desintegração do capitalismo.

Os 51,64% que deram vitória a Dilma não decidirão absolutamente nada sobre o que presidente fará ou que deixará de fazer. Tão somente elegeram uma das variantes de governo burgueses. Uma vez no poder, responderá ao capital e não ao trabalho. Sobre essa base, é possível prever o caminho que tomará Dilma Rousseff. Ao contrário, de se distanciar do “programa” apresentado por Aécio Neves, dele se aproximará. O que quer dizer que acima de tudo prevalecerão os negócios e os interesses da classe capitalista. Segundo eles, aos explorados, cabe a estrita função de criar riqueza para valorizar, acumular capital e concentrar a propriedade privada dos meios de produção.

Supor um governo burgueses disposto a contrariar as leis econômicas do capitalismo, é uma aberração. Está aí por que os petistas e as esquerdas ocultam o caráter de classe do governo do PT. Dilma Rousseff atacará, sem dúvida, os explorados. Em plena campanha, levantou a bandeira branca para os setores da burguesia mais furiosos com o governo. Procurará se reconciliar com tais frações para garantir a governabilidade, ou então terá de enfrentar uma crise política de grandes proporções. A reconciliação se dará às costas da maioria que elegeu Dilma.

O Partido Operário Revolucionário, em desenvolvimento, defende junto à classe operária e demais explorados que é necessário desde já organizar uma oposição revolucionária ao governo burgueses de Dilma. Assinala que a crise econômica golpeará mais profundamente os assalariados, os camponeses e a juventude. E que a resposta não virá do governo petista, mas sim do próprio movimento das massas em luta. Ressalta que é preciso superar as ilusões eleitorais e assumir os métodos revolucionários de combate à exploração capitalista do trabalho. Defende que as esquerdas e a vanguarda proletária constituam uma frente única de oposição revolucionária ao governo de Dilma e de defesa de uma plataforma de reivindicações que de fato proteja a vida dos explorados. Somente é possível uma oposição revolucionária ao governo burgueses de Dilma se se tem por estratégia a conquista do poder pelo proletariado e a constituição de um governo operário e camponês por meio da revolução proletária.

Declaração do Partido Operário Revolucionário – 27 de outubro de 2014

Vence o PT – Dilma formará um novo governo burguês

Organizar os explorados contra os novos ataques da burguesia

A maioria explorada foi arrastada por trás das duas candidaturas burguesas. A polarização resultou na estreita vitória de Dilma Rousseff. As camadas mais pobres e oprimidas permaneceram fieis à candidata do PT. A vasta classe média, em sua grande maioria, se subordinou à estratégia política do PSDB. É sintomático o fato de Dilma arregimentar votos nos estados economicamente mais atrasados – Nordeste e Norte. No entanto, não seria possível derrotar Aécio Neves sem que contasse com expressiva votação das camadas empobrecidas do Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Pode-se dizer que a classe operária, os camponeses oprimidos e um setor da classe média urbana não permitiram que o PSDB retornasse ao poder do Estado.

Apoiado na fração burguesa mais poderosa, enraizada no estado de São Paulo, ramificada no Sudeste e Sul, Aécio Neves se destacou como a melhor alternativa presidencial para os seus negócios. O imperialismo não deixou, por sua vez, de manifestar sua concordância com a variante peessedebista. Isso explica a clara tomada de posição dos monopólios da comunicação, como a Rede Globo, o jornal O Estado de São Paulo, a revista Veja, etc. Tomaram a frente da campanha eleitoral de Aécio. Por detrás das grandes agências jornalísticas, perfilarão setores do Judiciário e da Polícia Federal.

O PSDB não teve outra arma de combate ao governo do PT que não fossem os escândalos da corrupção. As denúncias desencadeadas no transcurso da disputa eleitoral, por meio de vazamentos seletivos pelo Juiz e pela polícia federal do Paraná, em torno das falcatruas na Petrobrás, serviram de munição aos meios de comunicação contra a candidatura de Dilma. A antecipação da publicação da revista Veja, carregada de acusações sem nenhuma prova contra Dilma e Lula, atingiu o auge dos ataques cerrados. A distribuição da capa da revista Veja na forma de panfleto com uma montagem fotográfica digna da direita fascista, que lembrou as caricaturas criadas pela ditadura militar contra os seus adversários, foi o derradeiro ato de desespero dos partidários de Aécio para desestabilizar uma vitória que estava prevista pelos institutos de pesquisa.

Faltava a Aécio convencer mais alguns milhões a debandarem da política do PT para a do PSDB. Com a corda no pescoço, Dilma se viu obrigada a contra-atacar com as mesmas armas mostrando que a corrupção política não era obra exclusiva do PT e de seus aliados. Foi decisivo para se estancar a sangria da candidatura de Dilma revelar ao vivo que Aécio Neves e o PSDB estão profundamente envolvidos em inúmeros casos de bandalheira, que nunca se apuraram até o fim suas responsabilidades e que nunca se puniu nenhum de seus asseclas.

Se houvesse um mínimo de seriedade na política burguesa, Aécio Neves seria apresentado como um “ficha suja”. Os meios de comunicação, porém com ares de nobreza, atacaram uma das quadrilhas e protegeram outras. Está aí por que apenas a classe

média imbecilizada pelo capitalismo serviu à manobra do PSDB e consortes. Nesse terreno, Aécio ganhou força, mas não o suficiente para desbancar Dilma. A corrupção é inerente ao Estado burguês e não há partido que dele dependa que não esteja comprometido com esta ou aquela quadrilha vinculada ao poder econômico.

Aécio teve outro instrumento de ataque à continuidade de Dilma à frente do Estado, que é a crise econômica, graficamente demonstrada na quase recessão do Brasil. A inflação e a alta do custo de vida, certamente, são sentidas pela população. No entanto, Aécio não foi capaz de convencer que seu governo seria a solução. E por quê? Porque ainda está na memória das massas o governo do PSDB dos anos 90, cuja política econômica foi de brutal corte salarial, altas taxas de desemprego e descarada proteção ao grande capital. Não foi difícil para a candidata petista reavivar os acontecimentos do passado.

Dilma contou com o fato da crise ainda não se converter em demissões em massa, apesar de já estarem ocorrendo na indústria. A alta do custo de vida apenas começou a dilapidar os salários, os pequenos ganhos salariais do período Lula ainda agem sobre os explorados como um fator positivo. As massas se ligam à economia no que diz respeito aos salários, empregos e condições de existência imediatas. Somente podem superar a estreiteza do imediatismo se o proletariado constituir seu partido revolucionário e se levantar como direção da maioria oprimida com um programa próprio. Sem partido, os explorados não podiam ver que Dilma era e é tão somente uma das variantes da política burguesa. Identificaram-na como um governo que manterá as condições positivas anteriores e presentes no momento das eleições. Viram em Aécio um perigo de retorno ao desemprego, cortes salariais e arrocho ao salário mínimo.

Não puderam ver que Dilma também representa esse perigo, que terá de responder à crise de acordo com o funcionamento do capitalismo e com os interesses da burguesia. E não poderia ver porque não têm o partido revolucionário.

Essa será a grande fraude eleitoral, que se revelará no futuro próximo. O novo governo do PT terá de descarregar a crise sobre os trabalhadores. A política burguesa, seja deste ou daquele “projeto”, que a situação e a oposição dizem professar, está condicionada pelo curso da economia. Lula pareceu que fez maravilhas para os oprimidos, porque a economia crescia e os capitalistas concentravam riquezas. Dilma atravessou quatro anos administrando erratically os desequilíbrios econômicos que se potenciaram com a crise mundial. Agora, terá de mostrar à burguesia o quanto é fiel aos seus interesses e o quanto é infiel à classe operária, camponeses e pequena burguesia arruinada.

A mistura da política burguesa com a suposta política popular já não tem como se sustentar diante da retração econômica e dos desequilíbrios típicos do país semicolonial (gigantesca dívida pública, dependência do capital financeiro internacio-

nal, etc.). As posições governamentais do PT forçosamente terão de convergir com as do PSDB, ainda que guardem algumas diferenças. As massas não puderam compreender que a polarização entre Dilma e Aécio não correspondia, de fato, ao que o PT denominou de “dois projetos de país em disputa”.

Há outro aspecto de grande importância que merece entendimento. A vitória de Dilma se deveu ao Norte e o Nordeste. A explicação que salta à vista é a de que o Bolsa-Família foi o responsável pelo tal feito. Somente em parte essa constatação é correta. Não se pode ignorar que milhões de famílias foram amarradas ao carro do PT pelo assistencialismo. Nos centros urbanos, o Prouni, FIES, Pronatec, etc. igualmente amarraram milhões de jovens. O assistencialismo é um instrumento que os governos burgueses podem se utilizar para evitar as rebeliões e manter a dominação de classe. O PT pôde utilizar muito bem esse recurso. Nada indica que continuará com a sua expansão. Há poderosos setores burgueses, em particular os banqueiros, que vêm trabalhando contra. Também nesse caso a evolução da crise ditará o destino do assistencialismo.

O PSDB não teve como convencer esse enorme contingente de pobres e miseráveis de que não iria cortar os benefícios assistenciais. Mas a questão do Norte e Nordeste não se limita ao assistencialismo. As oligarquias regionais tiveram uma significativa atenção dos governos petistas. O crescimento econômico dessas regiões trouxe-lhes ganhos extras. A disputa distributiva entre as oligarquias e a poderosa fração capitalista do Sudeste-Sul foi em parte equacionada de maneira que pela primeira vez parecia que o Brasil tinha um governo que expressava o desenvolvimento nacional, de tal monta que os antagonismos regionais pareceram um tanto quanto diminuídos.

Sabe-se que, no fundo, o Sudeste, com sua fração burguesa dominante, continuou a ditar a política nacional do governo. A chamada “descentralização” não alterou as disparidades regionais, mas conferiu determinadas vantagens conjunturais. Está aí por que o governo do PT continuou com o apoio de importantes setores da burguesia, que encheram seus cofres de dinheiro para a milionária campanha eleitoral.

Não se pode, enfim, ocultar que se tratou de uma disputa interburguesa entre Dilma e Aécio. A propaganda de que se tratava de dois “projetos” serviu não apenas de propaganda eleitoral petista como também de ocultação do caráter de classe da disputa pelo poder. Ganhando um ou outro, o governo escolhido tem de se submeter às pressões e interesses das oligarquias regionais que manejam o aparato do Estado e, por cima delas, ao imperialismo, ao capital financeiro internacional.

Tanto Aécio quanto Dilma em seus pronunciamentos finais se colocaram pela unidade dos brasileiros. A petista não economizou palavras para mostrar sua disposição em deixar para trás a guerra eleitoral. Enfatizou que seu novo governo convocará as distintas frações da burguesia para encontrar um caminho comum. Prometeu uma reforma política, que elimine os focos de corrupção. Expôs, assim, sem atenuantes, o conteúdo burguês de seu governo.

Tudo indica que o choque entre o PT e PSDB – ambos constituem amplas alianças partidárias – vai se aprofundar, como resultado dos distintos interesses da burguesia e como pressão das massas acossadas pela crise. Dificilmente, Dilma fará um governo estável. Terá de solucionar o escândalo da Petrobrás, que pelo visto envolve vários partidos.

O confronto eleitoral pôs à luz do dia a fração direita

da burguesia, que atuará baseada na pequena burguesia que apoiou Aécio.

O proletariado se encontra submetido ao braço sindical do PT (CUT) e do recém-criado “Solidariedade” (Força Sindical), que estará na oposição com o PSDB. A maioria das Centrais segue esse alinhamento determinado pela divisão interburguesa. A classe operária organizativamente fragmentada e politicamente controlada pelas variantes da política burguesa não terá como, no próximo período, se levantar como uma força independente, com sua estratégia própria de poder. No entanto, receberá o impacto da crise e terá de se manifestar instintivamente por meio de seu método que é a luta de classes.

A vanguarda revolucionária tem o dever de atuar em seu seio com o programa da revolução proletária. É por essa via que se potenciará a construção do partido marxista-leninista-trotskista.

A esquerda democratizante, completamente marginal às disputas eleitorais, mostrou sua debilidade ao renunciar à defesa da estratégia revolucionária nas eleições. A militância que se congrega em torno dos aparatos centristas, reformistas e oportunistas da esquerda eleitoral está diante da tarefa de fazer um balanço rigoroso da nova situação política, romper com o socialismo abstrato e se dirigir à construção do partido da revolução proletária.

Desde já, é necessário defender junto aos explorados a tarefa histórica de derrubar o poder da burguesia, instaurar a ditadura de classe do proletariado por meio do governo operário e camponês, estabelecer a unidade da maioria nacional oprimida em torno da classe operária e desenvolver o programa da expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, socialista. Certamente, é necessário partir das reivindicações mais elementares que movimentam os explorados contra os exploradores e contra seus governos. Os ataques aos empregos, aos salários e às conquistas trabalhistas deverão ser imediatamente respondidos e dirigidos contra o governo burguês do PT e aliados.

É dever das correntes de esquerda reconhecer o erro fatal de trilhar o caminho eleitoral determinado pelo Estado burguês, atribuindo falsamente às eleições e aos votos a capacidade de se transformar em luta. Reconhecer que seus interesses mesquinhos inviabilizaram a constituição de uma frente revolucionária, baseada na democracia operária. Reconhecer, inclusive, que se anularam diante da disputa final entre Dilma e Aécio – foram incapazes defender o voto nulo como expressão da independência de classe e do programa proletário.

A nova situação política exigirá de todas as forças políticas que se dizem de esquerda as respostas aos ataques dos governos à vida das massas. Será preciso constituir uma frente única de luta que tenha por base as reivindicações fundamentais dos explorados e que atue com os métodos da ação direta, da luta de classes.

O Partido Operário Revolucionário se coloca, desde já, pela convocação de uma plenária das correntes de esquerda para constituir uma frente de combate e que tenha por norte a organização de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma e a todos os partidos da burguesia.

Trabalhadores e juventude, o POR defendeu o voto nulo no 1º e 2º turnos, chamando os explorados a construir o seu partido. Temos a certeza de que cumprimos nosso dever revolucionário de assegurar a independência de classe do proletariado e dos demais oprimidos.

Declínio do PT e controle das oligarquias regionais

A reeleição apertada de Dilma Rousseff contra Aécio Neves tem por trás uma série de outros resultados que apontam tendências políticas gerais no país.

O PSDB foi apontado como o partido que mais cresceu por conta dos 51 milhões de votos de Aécio e do crescimento do número de deputados federais (de 44 para 54). Mas outros dados indicam retrocesso: no senado, caiu de 12 para 10 senadores; tinha 8 governos estaduais, passou para 5.

A queda do PT

O PT viu sua base de apoio reduzir e migrar. A reeleição de Dilma foi a mais apertada desde a eleição de Collor (1989). O PT teve nestas eleições sua base de apoio mudando de região: antes a maior votação petista era no Sudeste (nessa região, caiu de 47% para 36% do total de votos nacionalmente alcançados pelo PT), desta vez foi para o Nordeste (subiu de 25% para 37% dos seus votos). Apesar do Nordeste ter apresentado a maior diferença relativa em favor de Dilma contra Aécio, a origem dos 54,5 milhões de votos em Dilma nas eleições de 2014 se divide quase que igualmente entre as duas maiores regiões. Diferentemente, o PSDB teve seus votos vindos na sua maior parte do Sudeste: do total de votos em Aécio, 50% vêm dessa região, apenas 16% são oriundos do Nordeste.

Oriundos do Sul, os votos do PT caíram de 15% para 12% do total nacional e no Centro-Oeste, de 7% para 6%. Do Norte, os votos do PT subiram de 6% para 8%. Revela pequenas alterações nessas regiões, e que a maior diferença geral se deve a uma forte migração de votos do PT para o PSDB no Sudeste, particularmente em São Paulo, e um sensível movimento contrário no Nordeste, de votos que migraram em favor do PT.

Na região Sudeste, ficou muito evidente a migração de votos da classe média do PT para o PSDB. Mas outro movimento é muito importante: o de setores da classe operária que votava no PT e se deslocou para o PSDB. No ABC, onde surgiu e tem maior força a burocracia sindical lulista, o PT perdeu em quase todos os municípios, nos dois turnos. Em Diadema, no 2º turno, ganhou por pouco mais de 50% dos votos, a menor de sua história (Diadema costumava votar ao redor de 70% no PT).

O deslocamento de votos da classe média em ruptura com o PT corresponde às pressões dos meios de comunicação, que realizam há anos uma campanha de denúncias e ataques ao PT e seus governos, especialmente quanto à corrupção. A classe média que apoiou Lula contra o PSDB, o qual governava com estagnação econômica e desemprego, se separou do PT quando se revelou que ele tinha assimilado todo o fisiologismo e corrupção próprios dos demais partidos da burguesia. Bastou que os índices econômicos variassem para baixo para que a eles se juntassem às denúncias de corrupção desenvolvidas anos a fio: o PT não era mais visto como capaz de estar à frente da máquina estatal capitalista. A aversão ao PT foi então canalizada para as principais candidaturas da burguesia: Marina e Aécio.

O PT manteve o controle sobre o governo de 5 estados, conquistou Minas Gerais do PSDB, mas é preciso destacar a perda da disputa em 2º turno no Rio Grande do Sul. Tarso Genro só acrescentou 440 mil votos em relação ao 1º turno, indo de 33% para 38%, enquanto seu adversário ganhou mais um milhão e 400 mil votos, indo de 40% para 61%. A perda do Rio Grande do Sul é grande para o PT, pois foi ali que conquistou sua primeira vitória e onde governou por mais tempo. Uma conquista apontada como importante, a do estado do Ceará, se deu com apoio da família Jereissati, do PSDB.

No Congresso, o PT caiu de 88 para 70 deputados, permanecendo ainda como maior bancada, mas já tendo de enfrentar as pressões do PMDB pela presidência da Câmara. No Senado, caiu de 13 para 12 senadores.

A queda do PSDB e PSB

O candidato do PSDB, Aécio, perdeu as eleições em seu estado, Minas Gerais, nos dois turnos. Perdeu ali o governo para o PT no primeiro turno, o que tem grande peso político e econômico. E foram 550 mil votos de vantagem para o PT no 2º turno presidencial. Viu seu domínio nos governos cair de 8 para 5. Terá maioria na legislativo estadual em apenas 3 estados. Mas conseguiu uma expressiva vitória em São Paulo, tanto para o governo quanto na eleição presidencial (um terço dos votos de Aécio vieram de São Paulo, onde venceu com 64% no 2º turno). O PSDB esteve para perder a vaga no 2º turno, logo após a morte de Eduardo Campos (PSB) e da ascensão meteórica e passageira de Marina Silva. A votação de Aécio não lhe confere nenhum cargo, mas o potencia como liderança da oposição burguesa, que poderá exercer no restante de seu mandato enquanto senador.

O PSB caiu de 6 para 3 governos estaduais. Mas subiu de 3 para 6 senadores e de 24 para 34 deputados federais, aumentando sua importância nas negociações parlamentares. Esse relativo crescimento, no entanto, deve ser neutralizado pela divisão que deve ocorrer quando da separação do partido de Marina Silva (Rede), que deve arrastar parte dos parlamentares consigo.

O PMDB se fortalece como organização das oligarquias regionais

O partido no qual se apóia a aliança governamental petista, o PMDB, caiu de 71 para 66 deputados federais, e de 19 para 18 senadores, permanecendo o maior partido do senado e segundo maior na Câmara. Mas aumentou o número de governos estaduais de 5 para 7 (foi o partido que mais elegeu governadores, manteve o Rio de Janeiro e contabiliza a conquista do importante Rio Grande do Sul) e conquistou maioria legislativa em 12 dos 27 estados.

Esses resultados mostram o domínio da máquina estatal nas mãos das oligarquias sobre as eleições. O PMDB concentra grande parte das frações oligárquicas pelo país, apesar das diferenças regionais manifestarem interesses oligárquicos em outros partidos, inclusive no interior do PT.

O desgaste do PT e a incapacidade do PSDB em se alçar a substituí-lo na cabeça da máquina estatal potencializam ainda mais o PMDB como fiel da balança no interior do governo e nos estados pelo país. Não à toa, as lideranças do PMDB anunciaram a disposição de quebrar o acordo de revezamento entre os dois na presidência da Câmara e apresentar uma nova candidatura peemedebista para suceder Henrique Alves. A derrota governista quanto ao decreto da criação dos conselhos populares, que teve participação decisiva do PMDB, e a rejeição demonstrada por Renan Calheiros ao plebiscito sobre a reforma política indicam que o PMDB quer uma fatia maior no controle do governo. O PMDB não disputa a presidência há muitos anos, mas vem se potenciando a partir de alianças, seja com o PT, seja com setores da oposição burguesa. Como parte da base governamental, se apóia nas posições oposicionistas para fustigar seu aliado PT a ceder mais e mais.

O enfraquecimento do PT no governo terá como correspondente o fortalecimento do PMDB oligárquico.

Disputa interburguesa no Rio Grande do Norte

No segundo turno, no Rio Grande do Norte, Dilma/PT obteve maioria nos 167 municípios. Para governo estadual, Robinson Faria/PSD venceu em 101 municípios e seu opositor, Henrique/PMDB, em 66. No RN, o PT apoiou o reacionário PSD/Kassab. No primeiro turno, tanto o candidato do PMDB quanto o do PSD se utilizaram da figura de Dilma para caçar votos. Já no segundo turno, o PMDB local debandou para o lado de Aécio Neves/PSDB.

Robinson Farias governará de braços dados com o PT e PCdoB (vice-governador). Uma de suas primeiras declarações foi a de que manterá os pagamentos aos credores, a exemplo da empreiteira OAS, que construiu o Arena das Dunas. Lembramos que o governo pagará três vezes o seu valor inicial, numa evidente sobrevalorização da obra.

Os votos nulos, brancos e abstenções somaram 33,51%, embora menor que no primeiro turno, foi um montante expressivo de 714.590 votos.

PSOL e PSTU, voto nulo formal

O PSOL, que no primeiro turno teve uma votação de mais de 129 mil votos, convocou uma plenária para discutir a posição no segundo turno. Chamou a militância a não votar em nenhum dos dois candidatos a governador. Quanto à disputa entre Dilma e Aécio, orientou os eleitores de Robério que decidam “democraticamente sobre o voto”. Na realidade, o PSOL passou a apoiar a candidata do PT, apesar de se mascarar com uma neutralidade formal.

O PSTU limitou seu voto nulo a apenas declarações formais via internet, afirmando chamar o voto nulo porque “não temos alternativas e que não iremos ajudar a iludir os trabalhadores e nem dar um cheque em branco a qualquer um dos dois grupos”. Durante toda a campanha do primeiro turno, o PSTU apresentou propostas para governar o estado do RN. Pretendia convencer pelo menos as bases dos sindicatos onde dirigem de que apresentava propostas mais viáveis. No entanto, em sua declaração afirma que “as eleições não mudam a vida da classe trabalhadora e da

juventude e que só a nossa luta e a organização podem garantir a defesa de nossos interesses”.

Em seu pronunciamento pelo voto nulo, faz a defesa de um “governo dos trabalhadores”, que seria constituído pela via eleitoral. Procura convencer a militância sobre a possibilidade de uma “alternativa dos trabalhadores” nos marcos do capitalismo capaz de viabilizar mudanças em favor dos explorados (educação, saúde, transporte, moradia, etc.). Nisso reside o democratismo pequeno-burguês dessa corrente. Está aí por que em nenhum momento de sua campanha colocou para os explorados o rompimento com o capitalismo, por meio da revolução proletária. Essa conduta política refletiu na decisão de voto nulo, puramente formal, ao ponto de sua militância sentir-se livre para denunciar unicamente os perigos caso Aécio fosse eleito. Acabou fazendo coro com a militância “aguerrida” do PT, que usava as redes sociais para denunciar Aécio e defender Dilma. O PSTU, no RN, saiu visivelmente abatido, uma vez que pretendia ocupar o lugar assumido pelo PSOL em número de votos.

Para os trabalhadores, camponeses e juventude oprimida, o próximo governo descarregará a crise sobre seus ombros, seguindo a mesma política do governo do DEM, que foi de benefícios às empreiteiras e aos latifundiários. Constará com o apoio das direções sindicais petistas, que farão de tudo para ocupar cargos no governo, contribuindo para isso com o bloqueio da luta dos oprimidos.

Construir uma frente de luta contra os governos de Robinson/PSD e Dilma/PT

Diante do quadro de ataque que está por vir, fazemos um chamado à militância, àqueles que repudiaram o jogo eleitoral e aos demais explorados para que organizemos a luta pelas reivindicações mais elementares e contra os governos burgueses de Robinson e Dilma. Defendemos que as centrais sindicais, os sindicatos e movimentos estudantis, que rompem com o governo e convoquem plenárias para pôr em pé uma frente de luta.

Eleições-Ceará:

Vitória de Camilo Santana (PT) reforça o poder dos Ferreira Gomes

Na disputa do segundo turno, o petista Camilo Santana derrotou o senador peemedebista Eunício Oliveira. Camilo venceu com 38,5% dos votos totais contra 33,72% de Eunício. As abstenções, nulos e brancos somaram 29,37%.

Camilo, formalmente no PT, é homem de confiança dos Ferreira Gomes e foi indicado pelo atual governador Cid para sucedê-lo. Duas pesadas máquinas partidárias, regadas com muito dinheiro, trabalharam freneticamente pela disputa do governo estadual. As frações burguesas se digladiaram com violência. A PM, apoiadora do Dep. Capitão Wagner (PR), atuou em favor de Eunício, detendo carros de propaganda de Camilo. Cid intercedeu junto ao TER, solicitando a presença do Exército no dia das eleições. Os explorados da capital e interior foram arrastados para o apoio a uma destas candidaturas burguesas.

Camilo formará um governo burguês continuísta. A oligarquia mostrou sua força. Conserva o controle da capital e do governo do estado. A aliança PT-PROS na Assembleia Legislativa será a coluna vertebral do governo. Enfrentará uma oposição mais forte que nos oito anos de governo Cid. A burocracia sindical, porém, lança fogos de artifícios e promete todo o apoio possível. A vitória de Camilo reforça, indiscutivelmente, o poder do PT no estado (a ala rebelde do partido ligada a Luizianne Lins conservou sua força), porém reforça também o poder do PROS e da oligarquia Ferreira Gomes.

A tarefa dos revolucionários será a de lutar junto aos trabalhadores para ajudá-los a superar as ilusões no governo burguês de Camilo. O POR, que atuou nas eleições defendendo o voto nulo programático, manterá sua oposição de classe ao novo governo e lutará pela independência política dos oprimidos.

As esquerdas perante o segundo turno

PSTU, PCB e PCO se definiram pelo voto nulo. PSOL manobrou com uma resolução que liberava o “voto crítico” em Dilma (o voto nulo ou branco também poderia ser opcional).

A maioria das correntes de esquerda se colocou no mesmo terreno do voto nulo. Mas apenas formalmente ocorreu assim. Não é indiferente, no entanto, o conteúdo político das resoluções que ampararam a decisão de se votar nulo.

PSTU se desculpou perante os eleitores de Dilma, dizendo compreender seus motivos e alertando que também diferencia a candidatura do PT da do PSDB. PCO esteve por um triz de chamar o voto em Dilma. Sua Conferência, porém, aprovou o voto nulo, sob o argumento de que “não se trata de uma disputa pelo voto popular, mas de um golpe de Estado que está em marcha”, sendo que o PT não reage e que seus aliados são cúmplices (PMDB, etc.). O PCB lembrou que nas eleições anteriores decidiu pelo voto crítico no PT, mas agora não vê diferenças, a não ser secundárias, entre Dilma e Aécio, e que por isso decidia pelo voto nulo. Temos certeza que não foi fácil para o PCB tomar essa decisão. À semelhança do PSTU, diz respeitar “aqueles companheiros de esquerda que consideram que as diferenças entre PSDB e PT ainda são relevantes”. Não custa nada expor também a posição da LER-QI, que no primeiro turno seguiu o PSTU. Diz que “se Aécio é um representante direto dos empresários, o PT com seu peso sindical e nos movimentos populares cumpre o papel de freio das demandas e lutas populares, em benefício dos empresários.”

Se o PSTU se mostrou preocupado com a opinião sobre o voto nulo daqueles que iriam votar em Dilma, se o PCB decidiu com o coração sangrando não votar em Dilma, se o PCO vacilou em sua decisão precisando de uma Conferência Nacional para se colocar pelo voto nulo, o PSOL não temeu escancarar seu oportunismo.

Por que rodear de reparos a decisão pelo voto nulo?

Logo na introdução de sua declaração, Zé Maria ressalta: “nós entendemos as razões que levam ainda muitos trabalhadores a acharem que é melhor votar em Dilma para derrotar Aécio Neves, e respeitamos, obviamente, a opinião de todos que pensam assim.” PCB faz um enorme preâmbulo explicativo para enfim noticiar a boca pequena o voto nulo. PCO com sua particular tese de que está em marcha um golpe, que as eleições foram burladas e que se devem abolir as urnas eletrônicas, voltando ao antigo sistema de cédula, considera o voto nulo como parte de “uma mobilização contra o golpe que começou agora com a fraude eleitoral pelos meios próprios dos trabalhadores (...)”.

De fato, as três correntes que concorreram com suas candidaturas no primeiro turno se sentiram incomodadas de levantar a bandeira do voto nulo. Não somente as massas se movimentaram sob a intensa ação dos partidários de Dilma e de Aécio. As esquerdas também sentiram o peso da polarização. Está aí por que lhes foi difícil tomar a decisão do voto nulo. Nota-se que declararam o voto nulo e sentaram em cima da resolução. Não mexeram um dedo a seu favor.

O eleitoralismo da esquerda democratizante no primeiro turno condicionou suas posições na disputa final. PSTU, PCB

e PCO se negaram a apresentar a estratégia revolucionária (o PSOL não entra nessa consideração, por não se reivindicar da revolução socialista) Uma das preocupações é a de não caminhar na contracorrente das massas. PSTU expressa bem esse temor quando diz compreender as razões de muitos trabalhadores acharem que é melhor votar em Dilma. Os revisionistas do trotskismo não têm como enxergar que as tais “razões” não são senão a submissão dos explorados à política burguesa expressa pelo PT.

Milhões de trabalhadores, dentre eles uma parcela da classe operária, votaram em Aécio. O PSTU deveria ver esse outro lado da medalha. Assim, poderia também dizer se compreende ou não o fato de muitos trabalhadores votarem no candidato da oposição burguesa. Ao ocultarem a outra face da moeda, os revisionistas expõem a formalidade de sua decisão de voto nulo.

As massas seguiram a divisão interburguesa. Não apenas o assistencialismo do governo petista (Bolsa Família, etc.) pesava a favor de Dilma, mas também o apoio de uma fração da oligarquia burguesa. A candidata do PT obteve um financiamento de campanha milionário. Mais uma vez a aliança eleitoral com o PMDB foi decisiva, ainda que tenha crescido a facção peemedebista opositora ao governo do PT, que se alinhou com Aécio. A maioria que iria eleger Dilma, portanto, estava encabrestada por uma das variantes da política burguesa.

O vigoroso assistencialismo combinado com uma situação econômica que permitiu reduzir o desemprego e aumentar o preço da força de trabalho (dos salários) constituiu o alicerce do governo burguês de Lula e em certa medida do de Dilma. (Notem que as esquerdas se negam a dizer claramente que os governos petistas são burgueses). A classe média urbana, incluindo um setor empobrecido, e uma parcela da classe operária dos grandes centros, no entanto, havia demonstrado descontentamento diante dos sucessivos escândalos de corrupção, uma das armas mais favoráveis ao candidato do PSDB. Houve uma migração de milhões de eleitores do PT para o PSDB, evidenciado no crescimento de Aécio e na queda de Marina no primeiro turno. Essa migração fortaleceu a camada conservadora e reacionária que sempre acompanhou o PSDB. A fração capitalista que apoiou Aécio e expressa o grande capital enraizado no Sudeste e Sul do País atuou para potenciar o deslocamento de parcelas crescentes de base de apoio do governo petista.

A defesa do voto nulo contra a formação de mais um governo burguês, pela independência política dos explorados, concentrada na estratégia revolucionária e pelas reivindicações que de fato defendem a vida das massas, sem dúvida, estava na contracorrente da poderosa maré que arrastava os explorados por trás da disputa interburguesa. As esquerdas, ao vacilarem em assumir tal posição ou ao tornarem a decisão uma bandeira sem efeito prático, evidenciaram as pressões da gigantesca maré eleitoral que foi tomando dimensões cada vez maiores, inesperadas e surpreendentes. A polarização acabou amarrando os pés e mãos das esquerdas.

PSOL pressentiu que seus eleitores de primeiro turno se perfilariam com Dilma. Tratava-se, portanto, de não contra-

riá-los – liberou o voto. Como o partido é uma federação de grupos, deixou uma porta aberta para o voto nulo e branco. O PSTU, por sua vez, sendo o mais influente depois do PSOL, absolveu o voto em Dilma em nome das razões particulares dos trabalhadores que temiam perder as benesses do assistencialismo e que temiam a volta do desemprego, do arrocho salarial, etc. Sua resolução se reduz ao seguinte: decidimos pelo voto nulo, mas nada faremos para convencer quem quer que seja em não votar em Dilma. Não agindo em defesa do voto nulo, também não atuou para que os trabalhadores que votariam em Aécio desistissem do erro.

Caso particular de mistificação – um “PT popular e progressista”

PCO deduziu que houve fraude nas eleições em vários estados, em particular em São Paulo, e que o PT “mostrou a sua limitação como partido popular e progressista ao não denunciar a fraude abertamente”. Diante da passividade do “partido popular e progressista” e da fraude eleitoral, a Conferência Nacional de PCO não teve alternativa a não ser se posicionar pelo voto nulo. Poderia também ficar à margem da polarização e assim não precisaria caminhar na contracorrente da poderosa onda eleitoral.

O malabarismo de PCO é digno de nota; e indigno de uma corrente que se diz trotskista. Se o PT tivesse atuando contra a fraude e o golpe em andamento, detectado por PCO desde as manifestações da Copa, então seria o caso de chamar o voto em Dilma no segundo turno. Como não o fez, PCO passou a ter um motivo para o voto nulo.

Não sabemos em que o PT é um “partido popular e progressivo”. Os marxistas partem do conteúdo de classe dos partidos. Não se são populares ou impopulares. O PT se transformou em um partido burguês, exerceu a ditadura de classe da burguesia por 12 anos e pleiteia mais quatro com a reeleição de Dilma.

Para não deixar por menos, diz PCO que o PT é progressista. A declaração não diz em que se baseia tal afirmação. Provavelmente, PCO considera progressista que seu governo promova os programas assistenciais, não se alinhe automaticamente com os Estados Unidos na ONU, tenha recuperado parte do poder do salário mínimo, etc. Que mais poderia ser? Não é o caso de descrever longamente o quanto o PT é reacionário e antipopular. Apenas citamos o fato de Lula criar a Força Nacional de Segurança Pública, apoiar as multinacionais, fortalecer a estatização dos sindicatos, aliar-se com o PMDB, etc.

Somos obrigados a comentar os desvios de uma corrente quando essa pode se apresentar perante as massas nas eleições, ainda que por um breve momento.

O essencial do balanço final

Os balanços apresentados pelas esquerdas logo após a vitória de Dilma têm em comum o fato de não expressarem o essencial. Passam à margem de que as massas foram arrastadas pela disputa interburguesa e que este concluiu com o fortalecimento da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida.

Durante toda a campanha, PSTU, PCB e PCO, que se proclamam defensores da “revolução socialista”, se negaram a

mostrar para os explorados que a democracia e consequentemente o processo eleitoral não são senão expressão da ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria explorada. Sonegaram a estratégia revolucionária do proletariado em suas campanhas eleitorais.

A experiência político-social dos 12 anos de governo petista demonstrou que o PT se transformou em um partido burguês. Rechaçamos veementemente a impostura de PCO com sua caracterização de que é “popular e progressista”. O PT se vinculou-se a setores da oligarquia e assumiu plenamente os interesses gerais da classe capitalista. As diferenças com os demais partidos da burguesia não é de classe, mas de como administrar o Estado e exercer a ditadura da minoria sobre a maioria.

A polarização eleitoral expôs fundamentalmente a divisão interburguesa e a preparação do terreno para o caso de ser necessário substituir o governo do PT pelo do PSDB, com sua respectiva aliança partidária. O declínio eleitoral do PT e o avanço do PSDB indicam que as massas sem o seu partido revolucionário continuarão a ser instrumento das disputas burguesas e das decisões do Estado.

Outro aspecto enfatizado nos balanços e que mostra a inconsequência das esquerdas centristas e oportunistas diz respeito à divisão do País, expressa na polarização eleitoral. Procuraram contestar os analistas serviços da burguesia quanto à divisão regional (Norte, Nordeste, Centro-Sul, Sudeste) e imputá-la somente à divisão de classes. O fundamental está em que os explorados foram submetidos à intensa pressão dos partidos da burguesia e acabaram servindo à disputa de suas frações pelo controle político do Estado. Uma importante parcela da oligarquia nordestina permaneceu com o PT. Uma poderosa fração do grande capital do Sudeste se alinhou ao PSDB. Sem o seu partido, não era possível que uma fração da classe operária encabeçasse, no plano eleitoral, a luta pela independência dos explorados perante os partidos da burguesia e desmascarasse a polarização das candidaturas burguesas. Essa premissa deve ser exposta com clareza. Revela, entre outros aspectos políticos, o erro de as correntes que se reivindicam do socialismo de não terem defendido a estratégia de poder do proletariado, que se sintetiza programaticamente na revolução e ditadura do proletariado.

Responsabilidade da esquerda petista

No comunicado “Dilma reeleita pela força e alma da militância”, o “O Trabalho”, corrente interna do PT, vinculada à organização francesa lambertista, revisionista do trotskismo, diz que se tratou da “derrota da reação pró-imperialista alinhada com Aécio Neves do PSDB”. Alerta, porém, para a derrota de Dilma em “bastiões tradicionais (ABC)” e para a redução da bancada parlamentar petista. Concluiu que se “deve agora reorientar-se para reatar com sua base militante e abrir um caminho para as mudanças de fundo que a nação exige e que seguem pendentes.”

Está aí a caricatura de um balanço político que serve de máscara à sujeição dos pseudos trotskistas à política burguesa do PT e à sustentação dos governos burgueses de Lula e de Dilma.

De fato, Aécio Neves encarna a política pró-imperialis-

ta, mas nem por isso Dilma a derrotou. “O Trabalho” pinta o PT e seus governos como anti-imperialistas. Trata-se de uma grosseira falsificação. Não existe uma só variante de política pró-imperialista. O fato de Lula e Dilma procurarem expressar interesses particulares do capital nacional por meio da política econômica não os torna anti-imperialistas. Os petistas não tocaram um fio de cabelo das multinacionais que controlam os ramos fundamentais da economia interna. Permitiram que continuassem a remeter bilhões para suas matrizes. Protegeram descaradamente o setor automotivo, desonerando a folha de pagamento e subsidiando impostos. Não nos alonguemos com os exemplos, basta observar que o capital financeiro lucrava horrores com a política do PT.

Na campanha eleitoral, Dilma não se identificou com uma diretriz anti-imperialista. Somente no cérebro enfermo de “O Trabalho” cabe a ideia de que a derrota de Aécio foi a derrota do imperialismo. Se já havia subserviência dos governos petistas, agora se tornará mais evidente e ficará mais difícil para “O Trabalho” ocultá-la.

A esperança dos impostores está em que Dilma assuma a bandeira de um plebiscito para a convocação de uma Constituinte exclusiva. Ficaram exultantes com a primeira declaração

da candidata vencedora. Não faltará oportunidade para que os tolos se frustrem e tenham de correr a arranjar novos argumentos para salvar o PT burguês da decadência.

No final do comunicado, os lambertistas se vangloriam: “O Trabalho jogou todas as suas forças na batalha eleitoral fazendo a campanha como o PT fazia nas suas origens”. “Fomos combatentes do voto no PT e da reeleição de Dilma por uma Constituinte que faça a reforma política.” De fato, a burocracia partidária viu a derrota se aproximar e decidiu mobilizar seus serviços, entre eles os tais dos “marxistas”, “trotskistas”. Caso a vitória tivesse sido assegurada de antemão, bastariam os milhões que o PT recebeu do poder econômico e de seus privilégios oriundos do Estado. Os serviços de Lula e Cia não seriam convocados a saírem às ruas.

Dilma formará um novo governo burguês, assumirá posições pró-imperialistas mais abertas e atacará a vida das massas. Esse diagnóstico tem por base a crise econômica. Mas os lambertistas de “O Trabalho” não veem o conteúdo de classe do governo e da política petista. Que, então, se afundem na miséria política! Quanto mais revelarem seu oportunismo, melhor para a vanguarda avançar na tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskyista.

No dia 11 de outubro, foi realizado o Encontro Operário. Depois de avaliar a distribuição do boletim Nossa Classe, os participantes discutiram o acordo assinado pela burocracia sindical do ABC. Reproduzimos abaixo as principais conclusões:

Acordo da Mercedes, um golpe nos empregos e na democracia operária

1. O acordo assinado entre o Sindicato Metalúrgico do ABC e a montadora Mercedes Benz, em 13 de outubro, é a prova mais contundente da política divisionista da burocracia sindical. Depois de dois anos em negociações com a multinacional, a direção do sindicato anunciou que se trata de um “bom acordo” e que foi assinado após uma votação “inédita na fábrica”, por meio das urnas. Diz que foi um “bom acordo” porque garantirá a permanência da fábrica no ABC, que continuará a produzir caminhões e ônibus, que haverá um investimento de 3 bilhões para a montagem dos caminhões Accelo e Actros (2016 e 2018, respectivamente) em contrapartida os empregos seriam preservados. Afirma que esse acordo só foi possível graças ao governo federal, através do Inovar-Auto. E concluiu ressaltando que é necessária a aprovação do Sistema de Proteção do Emprego e o plano de renovação da frota de caminhões e ônibus. Para chegar ao acordo, a burocracia aceitou a chantagem da montadora, que ameaçou com o fechamento da fábrica do ABC, e dividiu a luta dos metalúrgicos do ABC com os de Juiz de Fora, ambos da Mercedes.
2. A montadora alemã há muito vem impondo acordos de flexibilização do trabalho (banco de horas, lay-off, terceirizações, etc.). Nesses dois últimos anos, ameaça fechar a fábrica do ABC e transferir a produção de caminhões e ônibus para as regiões onde o custo da força de trabalho é menor. Enquanto as negociações ocorriam entre a cúpula do sindicato e a multinacional, esta forçou as

- férias coletivas, suspendeu cerca de 1500 operários por cinco meses e demitiu centenas. Por outro lado, a grande imprensa apontava a queda constante das vendas, o que aumentava a insegurança dos operários. E o governo federal não se colocou por aprovar o projeto de “Sistema de Proteção ao Emprego”, uma cópia da medida aplicada na Alemanha. Ao mesmo tempo que amedrontava com a ameaça da transferência, a anestesiava com a campanha otimista de que era possível um acordo em favor dos trabalhadores e que se tratava de um problema da fábrica do ABC. Desorganizados e isolados, foi mais fácil para a burocracia impor o acordo antioperário. Ao invés de aprová-lo em assembleia, utilizou a votação em urna. Individualmente e desmobilizados, coube aos metalúrgicos depositar na urna a cédula que avalizava o acordo já estabelecido entre o sindicato e a montadora.
3. Depois de uma semana de paralisação, os metalúrgicos de Juiz de Fora em assembleia votaram no dia 14 a suspensão da greve. Um dia após a assinatura do acordo no ABC. Segundo a direção do sindicato metalúrgico (CUT), a Mercedes se comprometeu a manter os 750 trabalhadores da fábrica, a transferência da produção do Accelo em 2016 para São Bernardo e um investimento de 230 milhões para ajustar a planta da fábrica para a fabricação de cabines e pintura. A transferência do Actros ficou indefinida para Juiz de Fora. Mas segundo o sindicato do ABC está confirmada a transferência para 2018. Para manter os empregos, a montadora faria os

cursos de capacitação para aproveitar a mão-de-obra para as novas funções da fábrica. Não se referiu às oito empresas terceirizadas que prestam serviços na fábrica mineira. Uma das terceirizadas, a empresa logística Ceva, declarou que fará “todos os esforços para atendê-los em qualquer ambiente fabril”. A burocracia encerrou a assembleia elogiando os operários pela greve.

4. Trata-se de um acordo que dividiu os metalúrgicos da Mercedes. A burocracia aceitou que a montadora transferisse a produção dos caminhões Actros e Accelo, fabricados em Juiz de Fora, para a fábrica do ABC. Ainda mais: para daqui a dois e quatro anos (2016 e 2018). Com essa medida, os operários de Juiz de Fora poderão perder seus empregos. Essa manobra veio acobertada com uma promessa para os 750 trabalhadores de Juiz de Fora de “capacitação para que possam produzir cabines e pintura de veículos”. Os executivos da montadora mineira disseram que se tratava de uma “decisão de reorganizar as atividades produtivas”. Por sua vez, o sindicato dos metalúrgicos de Juiz de Fora procurou acalmar os ânimos na fábrica dizendo que só havia a confirmação da transferência do caminhão Accelo para 2016.
5. De traição em traição à classe operária, a burocracia petista e cutista protege os interesses das montadoras. Ao invés de unir os metalúrgicos do ABC e de Juiz de Fora para golpear os objetivos antioperários da Mercedes, dividiu-os com uma manobra sibilina e suja. Está claro que ocorrerão demissões em Juiz de Fora, seja de efetivos, seja de terceirizados. No ABC, a multinacional alemã impôs as demissões voluntárias e fez uma rapa de 1.200 operários. A meta é demitir 2.000. Não temos dúvida de que vai alcançá-la, caso as vendas do setor continuem baixas. O capital imperialista tem aproveitado da subserviência da burocracia sindical que posa de estrategista-inteligente. E do governo petista que necessita mostrar capacidade em contornar a crise de superprodução. O Inovar-Auto está bem de acordo com a política de submissão ao capital imperialista e de destruição negociada de postos de trabalho. O Brasil tem sido um paraíso das multinacionais, principalmente do setor automotivo. Obteve o apoio da política econômica do governo petista para ampliar o mercado interno à base do endividamento da população e de subsídios ao capital externo. O problema agora, com o avanço da crise de superprodução mundial, com a quebra de um país importador como a Argentina, é que as montadoras estão diante de um grande excedente de produção e começaram a fazer os “ajustes” para manter a lucratividade. Usam as franquias dadas pelo Estado brasileiro, como a de transferir a planta de um estado para outro, de forma a rebaixar os salários, cortar direitos e avançar a terceirização. O caso

da Mercedes não é o primeiro e não será o último. Temos o exemplo recente da General Motors de São José dos Campos. Os metalúrgicos que constituem uma importante fração do proletariado se encontram divididos em vários sindicatos extremamente burocratizados, cujas centrais sindicais e federações não fazem outra coisa senão reforçar o divisionismo e o burocratismo. Está aí por que não se faz a defesa de um acordo coletivo nacional em que se imponha aos exploradores o maior piso já alcançado e a defesa dos postos de trabalho diante da crise de superprodução. Ao contrário, a burocracia acata o planejamento das multinacionais, que prevê demissão, a quebra de direitos e a flexibilização do trabalho. Os burocratas de São Bernardo disseram que os operários da Mercedes aprovaram o acordo por meio das urnas, que substituíram a assembleia. Ocorre que a burocracia para enganar os metalúrgicos e acobertar sua subserviência à montadora evita uma ampla discussão coletiva, a crítica e as vozes oposicionistas são abafadas. Passo a passo os vendidos vêm eliminando todo e qualquer traço da democracia operária e dos métodos de luta coletiva do proletariado. A eliminação das assembleias como instrumento de livre discussão e decisão coletivas é uma das grandes aspirações dos burocratas que temem a greve unitária, as ocupações e os levantes. Observamos que a burocracia já havia decidido evitar a convocação da assembleia geral, mutilaram as assembleias de fábricas, tornando-as uma formalidade, em que os operários não discutem e não decidem, apenas acatam. Esse processo de dilaceramento da democracia operária é o que permite os burocratas atuarem por cima da classe operária e fazerem os acordos às suas costas.

6. É necessário um trabalho sistemático de propaganda e agitação, combinando as reivindicações da classe operária, os métodos de luta e a democracia sindical. A tendência é de agravamento da crise no setor automobilístico. A instalação de um número crescente de montadoras, na forma de monopólios, obriga o rebaixamento dos salários e precarização das condições de trabalho. Assim, destacam-se os seguintes pontos: a) acordo coletivo nacional de trabalho, regido pelo maior piso e maior faixa salarial; b) estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho; c) fim da terceirização, efetivação dos terceirizados; d) fim de todos os mecanismos de flexibilização do trabalho; e) defesa da democracia operária, convocação das assembleias por fábrica e gerais, soberania das decisões coletivas, total direito de expressão da oposição; f) defesa da unidade classista dos explorados, sob as reivindicações comuns e o método da ação direta; g) recuperação dos sindicatos como órgãos controlados e dirigidos pela classe operária; h) constituição de direções classistas e revolucionárias.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Franco da Rocha

Incêndio no assentamento São Roque: Impor as reivindicações com a luta coletiva nas ruas

O incêndio no assentamento São Roque teve início no sábado (11/10). Na segunda-feira, já havia devastado a maior parte da produção e da vegetação. Durante todos os dias de incêndio, nenhum órgão governamental esteve no local para ajudar os assentados. Desesperados, os assentados enfrentavam a fúria do fogo sem equipamentos, sem água suficiente. É preciso responsabilizar os governantes pela tragédia causada pelo incêndio.

Na assembleia, realizada no assentamento, constatou-se que havia muita dispersão entre os assentados. Por isso, foi importante a aprovação de uma pauta de reivindicações e a eleição de uma comissão de organização. Os trabalhadores assentados exigem: REFINANCIAMENTO PARA REFAZER O PLANTIO, MANUTENÇÃO PERIÓDICA DA ESTRADA, COLETA PÚBLICA DE LIXO, PONTOS DE VENDAS DOS

PRODUTOS, LINHA DE ÔNIBUS PARA ACESSO À ÁREA URBANA, A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA NO ASSENTAMENTO, ATENDIMENTO MÉDICO COM AMBULÂNCIA EMERGENCIAL, ÁREA DE LAZER, FORNECIMENTO DE ÁGUA E AJUDA DE CUSTO PARA RECONSTRUIR OS DANOS CAUSADOS NA REDE DE ÁGUA.

Um dia após a assembleia, a comissão se dirigiu até a prefeitura de Franco da Rocha, onde exigiu imediatamente uma reunião com o prefeito. Na reunião, a comissão apresentou a pauta de reivindicações e o prefeito se “comprometeu em atender conforme as responsabilidades do poder público municipal”. Esse discurso já é conhecido dos assentados, por isso é preciso organizar o movimento para exigir coletivamente o atendimento das reivindicações. O prefeito só vai ouvir os assentados realmente se sentir que há disposição de luta.

Incêndio atinge os acampados próximos à fazenda Paiol

O incêndio é criminoso, diz os acampados. A fazenda, que fica entre os municípios de Tatuí e Quadra, foi ocupada, mas rapidamente houve a reintegração judicial. Os sem-terra desocuparam e montaram o acampamento nas cercanias da fazenda, às margens da rodovia. Mesmo assim, sofrem diariamente a pressão do proprietário. Está aí por que dizem que o incêndio visava a expulsá-los do local.

A situação dos acampados é desumana. São mais de mil pessoas, vivendo em lonas, sem água, sem luz, sem escolas para os filhos, etc. As lideranças dos sem-terra foram buscar apoio da Igreja e do prefeito, mas as portas não se abriram.

Essa atitude das autoridades mostra que querem isolar o movimento de ocupação e proteger o latifundiário.

Os acampados exigem que a fazenda Paiol seja desapropriada. Trata-se de uma vasta área improdutiva. O Incra, por sua vez, alega que está tomando as providências. Mas os advogados do proprietário trabalham diuturnamente para restabelecer a posse da fazenda, expulsando os acampados.

A luta dos acampados não pode permanecer isolada. A única forma de impor a desapropriação é pela via da ocupação e da resistência. Que os sindicatos, associações e movimentos sociais se coloquem em defesa dos acampados, exigindo a desapropriação imediata da fazenda Paiol.

Crimes da ditadura militar contra povos indígenas

Agora em fins de outubro foi apresentado requerimento à Comissão Nacional da Verdade para que a investigação sobre os crimes cometidos pela ditadura militar contra os indígenas se ampliasse, criando uma comissão especial para tratar destes crimes. Há, no entanto, nesse requerimento mais uma prova de como a Comissão Nacional da Verdade, instituída pelo governo petista, não pode chegar realmente à identificação de todos os crimes cometidos pelo regime militar e punir os assassinos e torturados de farda, isso porque desde julho de 2012 a Comissão já havia anunciado que investigaria os crimes contra os indígenas, como propagandeava o Cimi (Conselho Indigenista Missionário, organismo vinculado à CNBB) em um dos seus periódicos “Porantim”, agosto de 2012, no qual denunciava a existência de um presídio indígena da Ditadura Militar, o Krenak, que funcionou a partir de 1969 em Minas Gerais e encarcerou mais de 120 indígenas das mais diferentes etnias.

Não se trata obviamente de morosidade própria do processo investigativo, que levou, por exemplo, neste ano à

concessão de “anistia” a 14 indígenas da etnia Suruí. Povo originário da região em que ocorreu a Guerrilha do Araguaia. Segundo a Comissão, esses indígenas, de supostos auxiliares dos militares, foram considerados vítimas da repressão. Toda a comunidade indígena foi considerada “anistiada” e alguns dos indígenas sobreviventes do período receberão uma indenização estipulada entre 120 a 130 salários mínimos. Assim, o Estado brasileiro atual busca “reparar” o mal que o Estado “de exceção” dos militares produziu. Entretanto, a comunidade indígena não foi só obrigada a agir junto aos militares, que se instalaram no interior da aldeia e estabeleceram um regime de cárcere privado para os indígenas, mas também perdeu seu território, afastando-se do Rio Araguaia e das atividades produtivas em torno do rio. Agora em setembro de 2014 a presidente da Funai apresentou projeto para ampliar 11 mil hectares ao território dos suruí. Ainda que essa ampliação ocorra, o processo de aculturação de um povo que mal falava o português na década de 60 já foi completada e as indenizações

individuais apenas servem para consolidar esse processo de “pertencimento” à sociedade de consumo capitalista.

O caso da etnia Suruí evidencia a morosidade, mas não revela que a concepção da “Comissão Nacional da Verdade” espera revelar “a verdade” ocultando a violência atual contra os indígenas nas mesmas questões do passado. Nos termos atuais em que atua a Comissão, a etnia mais afetada pelo regime militar teria sido a dos índios Waimiri-Atroari, os quais lutaram contra a ação dos governos militares que impuseram a construção da estrada BR-174, entre Manaus e Boa Vista. Os conflitos com essa etnia teriam ocorrido no sul de Roraima. A ação do governo militar teria sido truculenta, utilizando-se inclusive de bombas napalm, conforme indica matéria recente do jornal “Estadão” e teria resultado no desaparecimento de dois mil indígenas.

Para os membros da Comissão Nacional, a violência contra os indígenas indicaria conflito “social” e não “político” (como dos demais torturados, assassinados e desaparecidos do período). Tal caracterização omite que todo conflito “social” pode se transformar em “político” de acordo com a ação do Estado burguês. O fato de os indígenas não estarem “lutando” contra a “falta de democracia” dos governos militantes não modifica o caráter dessa luta, que se projetava,

como da pequena burguesia das cidades, contra os métodos e a política do regime militar. Reconhecer essa caracterização conduziria a perceber os laços de continuidade entre o “Estado de exceção” e o “Estado democrático atual”. Para a construção da Belo Monte, o conflito “social” entre várias etnias indígenas da região do Xingu também se arma e seu caráter “político” se acentua com a ação repressora do atual “Estado democrático de direito”.

Seja por meio do trabalho forçado, das prisões arbitrárias, do assassinato ou da expulsão das terras, a ditadura militar atuou sobre os povos indígenas como historicamente todas as classes dominantes no país atuaram. Mesmo que mais povos indígenas sejam reconhecidos como vítimas dos crimes da ditadura militar, e mais “indenizações” sejam concedidas, nada alterará a relação que o Estado burguês, seja sob a capa da democracia seja sob a forma do exercício do poder militar, manteve e mantém com as nacionalidades indígenas.

A violência contra os povos indígenas só cessará com a revolução social, proletária, que permitirá que a autodeterminação dos povos indígenas torne-se uma realidade. Essa é a única reparação real contra todos os crimes já cometidos aos povos originários do país.

XXV Congresso do SINPEEM

Um congresso distracionista e antidemocrático, montado para aprovar a política de emendas ao PME

A 25ª edição do congresso anual do SINPEEM (sindicato dos trabalhadores em Educação do município de São Paulo) ocorreu entre os dias 21 e 24 de outubro, no Anhembi. Compareceram cerca de 4000 delegados. A **Corrente Proletária na Educação – POR** participou desde o seu período de preparação em favor da construção de um encontro democrático, que servisse para organizar a categoria para o enfrentamento político em defesa da Educação pública. O que se viu, entretanto, foi um congresso recheado de palestras e shows, com reduzido tempo para as plenárias, nas quais reinaram as manobras da mesa controlada pela direção do sindicato. Como resultado, o aspecto principal foi a aprovação da política de propor emendas ao Plano Municipal de Educação, tal como defendido pela diretoria majoritária. O plano de lutas deliberado implica, na prática, em adiar para o ano que vem as ações de resposta aos ataques do governo.

O centro do congresso deveria ser os problemas enfrentados pelo magistério municipal no chão de escola. Após a greve de 42 dias desse ano, a gestão petista ainda não cumpriu integralmente ponto algum do acordo firmado para encerrar o movimento. Os itens do protocolo que diz ter atendido, na verdade, foram descaracterizados. São os casos da portaria de reposição dos dias parados e da reivindicação dos 15 minutos de intervalo para os Centros de Educação Infantil (CEIs – antigas creches). No primeiro caso, prevaleceu um caráter punitivo, com a imposição

dos critérios para escolha dos dias a serem trabalhados, desrespeitando a autonomia dos conselhos de escola. No segundo, a descaracterização se deu através de um condicionamento que mantém nas mãos da direção da unidade a sua concretização.

Nenhuma outra questão de interesse da categoria foi contemplada por Haddad/PT. Pior, os trabalhadores tiveram conhecimento durante o congresso de uma medida da Prefeitura que precariza ainda mais as condições de trabalho nos CEIs. Esse fato demonstra que o governo se sente com as mãos livres para atacar, já que não encontra resistência. Daí a gravidade de um congresso com o caráter festivo, despolitizado. A concepção de encontro de formação/qualificação acadêmica, permeado pelas atividades culturais, resulta no desvirtuamento do congresso, que deveria servir para discutir e decidir coletivamente, pelo método da democracia operária, as resoluções políticas necessárias para por em pé a luta do professorado. A **Corrente Proletária na Educação – POR** usou a tribuna, durante a aprovação do regimento, para defender essa concepção de congresso de luta, que concluiu rejeitada pelo plenário despolitizado.

Essa situação revela que a eleição dos delegados nas escolas, em sua maioria, não se deu ao redor de posições políticas. Prevaleceram os critérios de pontuação para evolução funcional, dispensa de ponto e quebra da rotina estafante. A direção majoritária, constituída pela corren-

te Compromisso e Luta (liderada pelo caudilho Cláudio Fonseca / PPS), alimenta essa despolitização e se esconde por detrás dela, passando por respeitadora da vontade da maioria. Omite, assim, que a sua intervenção junto às bases jamais foi a de uma direção classista. Disfarça seu papel enquanto burocracia sindical, enquanto casta parasitária que aplica uma política de conciliação de classes e que se reproduz justamente pela via das relações pessoais, pelo caudilhismo, pelo culturalismo e despolitização (bailes, colônias de férias etc.).

Na verdade, esse fenômeno não é novo, os congressos anteriores assumiram o mesmo formato. O objetivo da manobra é arrastar a maioria para referendar a linha política da direção. No caso do fórum desse ano, isso significava principalmente aprovar uma resolução que autorizasse a diretoria a intervir no processo de aprovação do Plano Municipal de Educação propondo emendas. Esse posicionamento havia sido derrotado em um congresso anterior, quando foi decidida a rejeição na íntegra do Plano. Fonseca compareceu nesta edição afirmando que esta posição está mantida, mas que se trata de ajustar a posição ao fato novo, a saber, a existência de propostas de modificação no Parlamento, sobre as quais o sindicato não poderia ficar indiferente. Emergiu novamente o debate acerca dos “avanços” e “retrocessos”, especialmente a partir do PL substitutivo (sobre o qual a direção apresenta as emendas), que teve como relator um parlamentar do PSOL (Toninho Vespoli).

Não foi por acaso, portanto, o fato da primeira plenária ter iniciado pelo tema da conjuntura municipal. Pretendia-se firmar uma política de independência da direção frente à gestão petista, que a prática já evidenciou ser falaciosa. Quando chamado a negociar nos bastidores alguma migalha para a categoria, visando na verdade a desmobilizá-la, o caudilho Fonseca nunca se negou. Representa uma variante da concepção de “sindicalismo propositivo”. Reforça sua posição aparecendo como intermediador, colocando a luta coletiva em segundo plano, empregada “em última instância”, isto é, somente após fracassarem as suas ações de “diálogo” com o governo. A essência dessa visão, então, está na subordinação da organização massiva e politizada da categoria às negociatas a portas fechadas. É evidente o objetivo de se perpetuar no controle da entidade e também de se projetar na política burguesa (vale lembrar que já foi vereador).

Daí a falsidade da posição de independência desta direção frente ao governo. Quem negocia com o patrão às costas da categoria e em detrimento de sua organização coletiva está jogando do outro lado da trincheira. Toda vez que os trabalhadores são colocados em compasso de espera, enquanto acontecem as “mesas de negociação” (tal como ocorreu esse ano, antes e durante a greve), o governo sai ganhando. A enrolação é fator de desmobilização. Foi com base nessa caracterização que a **Corrente Proletária na Educação – POR** manteve sua linha de rejeição da proposição de emendas. O campo da disputa parlamentar é estranho à classe operária e aos demais trabalhadores. O terreno onde são possíveis as vitórias é o da ação di-

reta, com o levante unitário das massas nas ruas e avenidas, com a greve, os piquetes, os bloqueios e demais ações radicalizadas. Os ataques contidos no Plano do governo devem ser combatidos através desse método, jamais comprometendo a independência de classe, como propõe a burocracia sindical.

Essa mesma caracterização política serve também para responder a outro aspecto que tomou conta do congresso: a disputa eleitoral. Os petistas (em particular a militância da corrente O Trabalho) compareceram totalmente entregues à caça de votos. No debate sobre a conjuntura municipal, tentaram aprovar uma resolução que atacava a gestão anterior (Kassab/PSD), o que na prática servia para abonar ou arrefecer as críticas ao PT na administração da cidade. Isso, é claro, porque queriam evitar a contaminação do debate sobre a sucessão presidencial. A manobra foi rejeitada pelo plenário. Porém, o fato em si desnuda o conteúdo eleitoral dessas correntes, assim como demonstra que o viés crítico que apresentam cai por terra nos momentos decisivos, quando expressam o seu governo sem véu algum.

Diante de uma situação como essa, a Unidade da Oposição deveria aglutinar ao redor de seu programa todos os opositores à política burocrática da direção majoritária. Mas, não foi capaz de realizar essa tarefa fundamental, compareceu dissolvida. A maior parte dos agrupamentos, em especial os do PSOL, esteve entregue também ao debate eleitoral e à política de emendas ao PME. É verdade que a majoritária suprimiu arbitrariamente as resoluções relacionadas à questão sindical, o que implicou na exclusão integral das emendas ao texto-referência da Unidade da Oposição (o que foi denunciado pela militância da Corrente Proletária na abertura da plenária). Mas isso não justifica o recolhimento desses agrupamentos. As exceções foram a **Corrente Proletária na Educação – POR** e o a Oposição Alternativa – PSTU, que rejeitaram as emendas ao PME e defenderam o voto nulo (embora com conteúdos muito diferentes). A dissolução da oposição é resultado da ausência de trabalho sistemático e intervenção com um programa comum nas bases. O POR tem defendido há tempos a convocação de plenárias, ficando em isolamento nessa posição. A tarefa de constituir uma poderosa frente programática e de luta permanece pendente.

A **Corrente Proletária na Educação – POR** participou desde o pré-congresso com suas formulações programáticas, defendendo um congresso de luta. Foi novamente a única corrente a se colocar abertamente em defesa do socialismo, da escola vinculada à produção social, do salário mínimo vital, da escala móvel de salários e de reajustes, da estabilidade a todos com a escala móvel das horas de trabalho e contra todos os planos e medidas governamentais que retiram direitos. Defendeu o método da ação direta e a independência dos explorados diante dos governos e classe dominante, conclamando o magistério à luta agora (e não somente no ano que vem, como faz hipocritamente a direção burocrática) defendendo suas reivindicações com a política da classe operária.

Balanço do Debate: A Repressão diante dos “novos” governos

No dia 30 de outubro, o Comitê Estadual de Luta contra a Repressão realizou um debate com o tema ‘A Repressão diante dos “novos” governos’. Na mesa, participaram os Comitês contra a repressão de Londrina e Maringá; o Comitê Contra o Genocídio da População Pobre e Negra; processados da Unifesp, USP e moradia da USP; Sintusp; IBGE; advogada Ana Lúcia e Comitê em defesa do povo Palestino. Convocar os movimentos para discutir a necessidade de unidade pelo direito de lutar foi o principal objetivo deste debate. O que esperar dos “novos” governos após um ano marcado pela unidade das frações da burguesia em conter a tendência grevistas de vários setores e àqueles que ergueram reivindicações se contrapondo aos gastos da COPA?

Destacamos a participação de diversos movimentos na mesa, que era um dos objetivos do debate, ampliar a discussão sobre a necessidade de unidade dos movimentos ao redor da luta contra a repressão. Mas notamos que a maior parte das correntes não dá a devida atenção à necessidade da luta unitária contra a repressão. A falta de empenho na divulgação e participação neste debate evidencia isso.

Na abertura da discussão, o representante do Comitê Estadual de Luta contra a Repressão explicou o caráter do debate, a origem do Comitê, fez a apresentação dos membros da mesa e da proposta de roteiro de discussão, leu o manifesto encaminhado pela Apropuc ao debate e reproduziu a fala de uma das mães dos presos no Rio de Janeiro pela morte do cinegrafista Santiago.

O Comitê de São Paulo surgiu a partir da unificação das lutas contra a repressão na USP, UNESP e na fábrica ocupada Flaskô. A partir de um ato e passeata no centro de São Paulo, deliberou-se numa plenária aberta a formação do comitê, que vem respondendo a todo ataque repressivo convocando a unidade, a defesa coletiva jurídica e política e fazendo campanhas, como a de arrecadação do pagamento da penalidade imposta aos estudantes condenados por lutarem na Unifesp de São Paulo.

A Apropuc não teve como enviar representante para o debate, mas discutiu sua importância e enviou um manifesto, que foi lido na mesa. Afirma: *“A diretoria da Associação dos Professores da PUC-SP manifesta de público seu mais veemente repúdio a todas as formas de discriminação, preconceito e de repressão policial, política e social, notadamente as que estão sendo praticadas sob a responsabilidade das autoridades públicas, pelo Estado e pelas diversas instâncias institucionais”*.

Foi dado um informe de que houve no último dia 30 de setembro um ato no Rio de Janeiro contra a prisão de Rafael Braga (pelo porte de desinfetante) e dos dois jovens acusados pela morte do cinegrafista Santiago numa manifestação (Caio Silva e Fábio Raposo). A mesa leu um trecho do depoimento de uma das mães, que diz: *“Um jovem, que como meu filho, abdicou da luta só pela sua sobrevivência para cair na rua e lutar pelos direitos de todo o povo [...] porque já temos três pessoas encarceradas em situações diferentes. Um deles está preso e condenado a cinco anos por*

causa de um frasco de detergente. Só aí, mesmo que fosse o único, já teríamos um grande motivo pra lutar”.

O pouco que se falou dos “novos” governos, visto que de novo nada têm, é que a tendência é de que aumentem a repressão. As exposições refletiram as experiências de movimentos que enfrentam desde a política repressiva do PSDB, governo Estadual reeleito em São Paulo, e à do PT, reeleito para o governo Federal. A repressão não se resume em prisões em dias de ato. Os que lutam enfrentam a perseguição política com demissões e corte de salários. A juventude dos bairros operários, além de sofrer com a violência do desemprego e da miséria, é assassinada diariamente.

O Comitê em defesa do povo palestino ressaltou as relações entre a burguesia nacional e o imperialismo em Israel. Parte dos arsenais de guerra utilizados pelo governo do Estado de São Paulo e os equipamentos de espionagem vêm do Estado sionista de Israel. Isto aponta a necessidade de travarmos uma luta além das fronteiras nacionais contra a violência da burguesia e de seu Estado policial. Temos uma dura tarefa pela frente, avançar e consolidar a unidade nacional contra a repressão.

A advogada Ana Lúcia, da Conlutas, mostrou como é difícil fazer o trabalho de apoio jurídico aos movimentos, constantemente atacados pela repressão. Ressaltou que o trabalho jurídico deve sempre estar subordinado à luta política. Defendeu que o poder judiciário é parte do aparato repressivo do Estado burguês e que por isso deve ser destruído pelas massas em luta por sua libertação da exploração e opressão.

O representante do Comitê contra o Genocídio da População Negra e Pobre denunciou o governo estadual pelos assassinatos diários contra a juventude negra e pobre. Os ataques das forças policiais nos bairros periféricos expressam a ofensiva geral dos capitalistas contra as massas. O Comitê atua nos diversos movimentos, buscando sua unificação para enfrentar o governo e seu aparato repressivo. Defendeu a desmilitarização da PM como meio de combater a repressão nos bairros pobres.

O estudante processado da Unifesp relatou os motivos que levaram à prisão de dezenas de estudantes: a luta pelo direito elementar de ter um prédio onde estudar. Denunciou o reitor que encabeçou a repressão, ligado à ditadura militar que durou 21 anos no Brasil. Descreveu a condenação dos lutadores, que impõe a prisão ou pagamento de multa. Defendeu que a repressão não pode ser assumida apenas pelos processados, mas devemos afirmar que as condenações são um ataque ao conjunto do movimento, por isso a importância da campanha de arrecadação para que os estudantes condenados não tenham de pagar individualmente pela mobilização que é de todos.

O Representante do Sintusp relatou os inúmeros processos que pesam sobre os diretores do sindicato, por sua atuação nos diversos movimentos na USP. Dentre eles, a demissão política do diretor Brandão, em 2008. A casta burocrática que dirige a universidade a mando dos governos e dos capitalistas processa os lutadores para impor as medidas de privatização e

sucateamento. A diretoria do Sintusp apóia a unidade dos movimentos contra a repressão e a necessidade de unidade mais geral das lutas para enfrentar os governos e os capitalistas. Chamou a atenção para as mobilizações populares que estão acontecendo contra a falta de água e por moradia e insistiu na necessidade de fortalecê-las com a unidade na luta.

A Frente Palestina também esteve presente no debate e mostrou como os governos estaduais e federal se apoiam em armamentos e treinamento oriundos do Estado sionista, assassino e genocida de Israel para reprimir as manifestações. Denunciou que o boicote levado adiante principalmente na Europa contra a compra de equipamentos militares de Israel tem levado os sionistas a buscarem outros mercados, entre eles o Brasil. E que assim a luta contra a repressão aqui se liga à luta dos palestinos oprimidos contra o Estado de Israel.

A estudante processada pela ocupação da Moradia Retomada na USP explicou que o movimento de 2010 se levantou contra a apropriação pela reitoria e pelo banco Santander de espaços destinados à moradia, transformados em escritórios.

Os estudantes se organizaram e ocuparam o espaço por dois anos. Num domingo de carnaval em 2012, quando a maior parte estava fora da cidade, cerca de 150 policiais desalojaram e prenderam os 12 estudantes que estavam no local. Todos foram fichados e processados, além de serem expulsos da USP. Três deles ainda



não conseguiram a reintegração como estudantes. Mostrou que os governos são co-responsáveis pela repressão em nível federal e estadual. E que existe uma tendência de aumento da repressão e opressão política e social.

O membro do Fórum de Processados da USP relatou a origem de seus processos, o de 2007, quando da ocupação da reitoria contra os decretos do então governador José Serra, de maior intervencionismo sobre a universidade, e o de 2011, pela ocupação da reitoria contra os processos políticos, a presença da PM na USP e o Fora Rodas (reitor responsável pelo convênio USP/PM). Os processos administrativos foram acompanhados por denúncias criminais. Embora a justiça tenha recusado circunstancialmente parte das denúncias criminais, seguem os processos. E também a onda repressiva na universidade. Diferentemente da bandeira de desmilitarização da PM, defendeu o fim da polícia e de todo aparato repressivo e sua substituição por milícias populares controladas diretamente pela população assalariada. Referiu-se à necessidade de apoiar aqui a luta dos palestinos, defendendo o armamento da população para derrotar o sionismo e a mobilização contra os governos que o apóiam.

A estudante do Comitê de Londrina relatou os sistemáticos ataques repressivos contra os movimentos, em particular contra o movimento que luta pelo passe livre para a juventude e desempregados e estatização do transporte sob con-

trole dos trabalhadores e da população. Relatou-se que em Maringá os estudantes também sofrem a repressão policial e constituíram um comitê para fazer a defesa coletiva, política e jurídica.

O sindicato dos trabalhadores no IBGE relatou a terrível demissão política de 186 grevistas durante a recente greve, que já teve de iniciar sob corte de ponto, portanto de brutal ataque da parte do governo Dilma. O isolamento da greve permitiu ao governo reprimi-la com mais força. Faltou a unidade e apoio necessários para que o movimento tivesse a força necessária para vencer. Foi denunciado o caráter autoritário da gestão do instituto, com indicação governamental de sua direção, praticamente uma intervenção permanente. O sindicato mostrou disposição de ajudar a unificar as lutas contra a repressão, o que tem feito política e materialmente.

Depois das falas, abriu-se para colocações e perguntas do plenário. Um estudante da faculdade de Direito reforçou a importância da luta política, à qual a defesa jurídica está subordinada. O POR, que distribuiu manifesto específico ao

debate, defendeu a caracterização dos governos eleitos como burgueses, expressão da ditadura de classe da burguesia, a necessária resposta coletiva jurídica e política e a necessidade de unir a defesa dos processados à construção de uma plataforma de reivindicações que permita a unidade geral dos movimentos contra os governos e os

capitalistas. Um processado da Moradia Retomada lembrou que muitas correntes e direções desprezam a luta contra a repressão ou procuram se apropriar dela para fins eleitorais, o que deve ser combatido.

Todas estas formas de repressão vindas do Estado trazem a necessidade da unidade. Os que se levantam em defesa das reivindicações se chocam com a coesão de um Estado policial em defesa dos interesses da burguesia. Com a crise capitalista, a análise de que a repressão irá piorar está correta. O aumento da opressão capitalista levará as massas a se chocar com os interesses da burguesia. A repressão é o método utilizado para impedir o levante unitário dos oprimidos. A burguesia sabe que a única arma que temos é a unidade nos métodos de luta, e é o que devemos utilizar em defesa das nossas condições de vida.

É preciso responder à repressão com a defesa coletiva, jurídica e política, contrapondo aos ataques desfechados pela justiça burguesa sobre as lideranças, que individualizam a criminalização. Levantemos as lutas unitariamente, ligando a defesa dos que são atacados e perseguidos às reivindicações e métodos de luta. Ergamos uma plataforma de reivindicações unitária, para pôr em pé um movimento massivo, que aplique o método das jornadas de junho, impondo a soberania das massas nas ruas e enfrentando os capitalistas e seus governos com a luta de classes, política.

Declaração do POR ao debate sobre a repressão sob os “novos” governos

Os governos federal e estaduais eleitos ou reeleitos no último dia 26 de outubro não indicam nenhuma mudança significativa quanto à tendência repressiva aos movimentos sociais. Os governos dos vários partidos estão à frente da máquina repressiva que é o estado burguês. Trata-se da ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados. Em outros momentos, esse aparato assume uma aparência mais ou menos democrática, se assenta nas instituições legais e se finge de neutro, acima das classes sociais em luta. Mas em momentos como os atuais, de crise capitalista geral e profunda, quando os governos e os capitalistas põem em marcha uma ofensiva de ataques profundos aos salários, empregos e direitos sociais, suas medidas violentas são impostas por meio da violência reacionária da repressão.

Diante dos ataques gerais vindos centralizadamente dos governos e dos capitalistas, a tendência é a de levantamentos gerais das massas. Mas não existe nos movimentos a centralização e unidade capazes de, por meio da força de movimentos massivos, anular a capacidade repressiva e conquistar as reivindicações. O que se vê em geral é a tendência à fragmentação, conduzida pelo corporativismo das direções. Divididos, os movimentos não conseguem a massificação necessária para bloquear a repressão e conquistar suas demandas.

A repressão é usada como meio para intimidar os movimentos. Atacar suas bandeiras de luta e seus métodos de mobilização. Recai mais concentradamente sobre as lideranças e a vanguarda. Os movimentos sindical, popular e estudantil têm sido atacados todos os dias. Mas a repressão também recai sobre os moradores da periferia e dos bairros operários, especialmente sobre a população negra e pobre, assassinada pela polícia. Recai sobre os sem-terra, que buscam nas ocupações um meio de sobrevivência e têm suas lideranças assassinadas. Recai sobre os índios, que dependem da sua terra para manter sua cultura e suas vidas e dela são arrancados.

Sobre todos recai a violência reacionária da polícia militar, criatura da ditadura militar para assassinar e reprimir os oprimidos. Os cães de guarda da burguesia agem para preservar a exploração do trabalho e o parasitismo social. Uma organização criminoso vinculada ao tráfico, contrabando e corrupção, que não tem como ser reformada. É preciso dissolvê-la e ter em seu lugar as milícias populares, armadas e sob controle da população assalariada.

O aparato repressivo da burguesia é acobertado e mantido impune pelas instituições da democracia burguesa. Os tribunais e o legislativo agem para garantir que se mantenha tudo necessário à garantia da propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho e o parasitismo. Os crimes da ditadura militar, torturas e assassinatos, por exemplo, permanecem impunes, acobertados pelos tribunais, pelas leis, pelo parlamento e suas comissões submetidas aos acordos protetores dos criminosos de classe.

Os crimes repressivos atuais são anistiados imediatamente. Os policiais assassinos são tratados com estimo pelos préstimos aos exploradores. Os juízes, ao inocentarem os crápulas, dão o recado aos demais: não haverá punição aos carrascos dos trabalhadores, estudantes, moradores, negros, camponeses pobres, índios.

Os explorados e oprimidos são impulsionados pelas suas necessidades. A crise capitalista vai criando cada vez mais necessidade de luta. O controle das direções, que buscam manter controle por meio da fragmentação das lutas, tende a ser modificado ou ultrapassado pela força das contradições entre as necessidades das bases e a intransigência governamental/patronal. A convergência das lutas tende à unificação e centralização. As necessidades apontam para uma plataforma de reivindicações unitária e a mobilização massiva e geral por ela. As lutas econômicas tendem a se transformar em luta política, luta de classes.

Em cada movimento que se levanta e se choca com a repressão, é preciso dar passos no sentido dessa perspectiva de unidade de centralização geral das lutas. Contra a repressão, cabe a defesa dos movimentos, de suas lideranças, de suas bandeiras e métodos de luta. Não permitir que os ataques repressivos recaiam individualmente, tenham respostas individuais, enfraquecidas assim diante do poder do aparato judicial/policial. A defesa coletiva, jurídica e política, é uma necessidade para fazer frente à repressão. Ligar a defesa dos reprimidos às reivindicações e métodos de luta. Empunhar a defesa do direito democrático de se mobilizar pelas necessidades mais sentidas. Desenvolver entre os oprimidos a sua organização e elevação da consciência coletiva, de forma a que passem a tomar em suas próprias mãos a resolução de seus problemas. Dentre eles, a questão de julgar e punir a burguesia pelos seus crimes de classe, entre eles a repressão aos movimentos sociais, aos negros e pobres, aos camponeses, aos índios. Os movimentos em luta erguerão seus próprios organismos independentes, capazes de investigar os criminosos e puni-los. Isso são os tribunais populares, não as encenações teatrais de julgamentos análogos aos tribunais burgueses, mas a resolução por meio da democracia direta das massas, que discutem, deliberam e põem em prática suas resoluções.

A mobilização geral e centralizada pelas reivindicações mais sentidas permitirá às massas caminharem a partir de sua própria experiência e do choque com a ditadura de classe dos capitalistas, para a necessidade de destruírem o capitalismo e construir o socialismo, que só poderá se realizar por meio da revolução proletária. A insurgência geral das massas as levará a coletivizar a propriedade privada dos meios de produção e permitir assim que o resultado do trabalho de todos seja dividido entre todos. A condição para isso é que assimilem a experiência transformando-a em programa, em teoria, em independência política de classe, ou seja, em seu partido revolucionário.

Reitoria da USP pretende alterações na estrutura de poder mantendo autoritarismo

O reitor Zago objetivava votar na próxima reunião do Conselho Universitário (C.O.) alterações na estrutura de poder da USP. No próximo dia 11 de novembro, pretende discutir (e votar?) os pontos “*Ética na Universidade, Eleição de Dirigentes, Natureza, atribuições e composição dos colegiados*”.

Pelo calendário original, estabelecido em 01/10/13, a reunião de 11/11 seria a de deliberação sobre esses temas. Seria precedida por discussões nas unidades e em duas reuniões do C.O. Por conta da greve de 118 dias, as unidades não debateram a pauta aprovada naquela data. O que não quer dizer que o reitor não imponha sua votação no dia 11.

A aprovação de mudanças na estrutura de poder promovidas pela reitoria visam a manter o autoritarismo vigente, em que a casta burocrática governa a universidade contra a maioria (os que estudam e trabalham). As alterações a que o reitor e sua burocracia se dispõem a fazer servem para processar os choques de interesses das frações burocráticas no quadro da preservação de seu poder antidemocrático. Poder que expressa a ingerência e controle dos capitalistas e seus governos sobre a universidade.

A rediscussão da forma de poder decorre da necessidade de aplicar duras medidas de desmonte, privatização e precarização da universidade, que correspondem aos interesses dos capitalistas e seus governos diante da crise econômica. Para a aplicação dessas medidas, a burocracia universitária precisa aperfeiçoar sua unidade contra a maioria. Concessões entre os bandos de burocratas atenuam descontentamentos e rachas, enfileirando toda a casta burocrática ao redor dos objetivos maiores ditados pela burguesia.

Onde está a direção do DCE diante de mais um ataque contra a DEMOCRACIA?

As manobras do reitor no C.O. se encaminham para mais um ataque contra qualquer possibilidade de reais autonomia e democracia universitárias. A direção do movimento estudantil deveria estar fazendo uma campanha de denúncia e convocando os estudantes a se mobilizar para derrotar a reitoria e defender a real autonomia e democracia universitárias. Mas não se vê nada. Nenhum boletim, nenhum cartaz, nem na internet, silêncio total.

Na assembleia de fim de greve, a direção do DCE foi contra a transformação do comando de greve em comando de mobilização para enfrentar as medidas anunciadas pela reitoria.

A Amorcrusp deve responder à crise da USP

A “Acorda Crusp” está concluindo sua gestão na Amorcrusp. Sua vitória na eleição do início do ano expressou uma onda de descontentamento dos moradores com as gestões dos estalinistas do PCR, que impuseram na Amorcrusp uma política de submissão à burocracia universitária, de corrupção, de burocratismo, de assistencialismo e avessa às decisões coletivas.

A “Acorda Crusp” se organizou sobre a base da chapa

Boicotou sua realização. Nisso, ganhou o apoio de parte da oposição (MNN, LER) que propôs a dissolução do comando. O setor da vanguarda do movimento estudantil que procurou atuar na greve defendendo a luta conjunta a partir das reivindicações dos três setores da universidade enfrentou e enfrenta uma grande frente de boicote à mobilização.

Mas a necessidade da reitoria e governo de manterem uma política de desmonte, privatização e precarização da universidade se manifestará em duras medidas de ataques à permanência estudantil, aos hospitais universitários, aos trabalhadores (contratados e terceirizados), etc. Essas medidas vão expor a ofensiva de Zago/Alckmin e pressionarão a maioria estudantil a se mobilizar em defesa de suas necessidades. O comando de mobilização deve atuar para impulsionar a organização e unificação das lutas. Deve pressionar as organizações estudantis (DCE, CCA, CAs) a responderem aos ataques, convocando os estudantes à luta. Deve combater o corporativismo e defender a unidade real dos três setores.

Responder à crise da USP

Está pendente uma resposta dos que estudam e trabalham à suposta crise orçamentária da USP, apresentada pelo reitor como pretexto para aplicar uma série de medidas de cortes de gastos, privatistas e de precarização. A Corrente Proletária tem defendido, desde o primeiro semestre, a convocação de uma assembleia geral dos três setores, que apure as contas da universidade de forma independente, elabore um orçamento que atenda às reivindicações e ponha fim a todo privatismo, que varra com a burocracia e instale um governo tripartite, eleito diretamente pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia universitária. *Isto porque a resposta à crise está em resolver quem dirige a universidade, quem elabora e controla seu orçamento.* A resposta é a defesa da real autonomia e democracia universitárias.

O meio para se lutar por isso está em colocar em prática o método das jornadas de junho: a soberania da ocupação massiva das ruas e avenidas, que afete a economia, anule a capacidade repressiva e conquiste o apoio da população assalariada.

A organização de uma paralisação das aulas e um protesto no dia da reunião do CO que discutirá estrutura de poder pode ser um passo nessa direção. Por isso, defendemos que os CAs e o DCE convoquem massivamente uma assembleia geral estudantil que organize essa manifestação.

“Retomada”, que havia disputado as eleições anteriores. A Corrente Proletária Estudantil (POR) atuou na organização da chapa “Retomada” e também na “Acorda Crusp”, juntamente com independentes e o PCO. Nas eleições anteriores, a “Retomada” já expressava uma parcela de moradores descontentes com a gestão do PCR (“Crusp Popular”). Nas eleições deste ano, houve um sensível crescimento dessa parcela. O que levou à sua vitória foi a

derrocada da chapa do PCR.

Enquanto frente democrática, que expressou um anseio de arrancar a Amorcrusp dos estalinistas, a “Acorda Crusp” cumpriu seu objetivo. Mas, pouco tempo depois, a gestão começou a sofrer com o abandono de parte de seus diretores. Em meio à greve contra o congelamento salarial e ao esvaziamento da universidade, a gestão não levou esse problema à discussão e deliberação em assembleias, o que foi um erro. A saída de diretores da gestão deveria ter sido levada à discussão ao conjunto de moradores, para que se discutisse o que fazer: substituir os que saíram ou convocar novas eleições. A Corrente Proletária chegou a publicar essa questão em seu boletim, mas faltou levá-la às assembleias de moradores.

A saída de vários diretores expressa a falta de unidade real ao redor do programa da chapa. Revelou que havia concordância apenas formal da parte de alguns. Isso foi reforçado com a atuação da gestão diante da greve.

A greve salarial foi resultado direto da crise orçamentária apresentada pela reitoria desde o início do ano. O reitor Zago expôs a falência da USP e a usou como pretexto para enunciar uma série de medidas de desmonte, privatização e precarização da universidade. Ataques que afetam a todos os que estudam e trabalham. E afetam duramente a moradia e permanência estudantis.

Colocou-se em questão, desde o início do ano, repetimos, a questão de quem governa a universidade e quem controla seu orçamento. As direções dos sindicatos e do DCE negaram-se a responder a ela. A tremenda insatisfação dos funcionários diante do congelamento salarial imposto por Zago em meio a uma situação política de ascenso grevista deflagrou a greve contra o congelamento salarial. A direção do DCE, com apoio de parte da oposição, levou os estudantes à posição de apoio passivo à greve salarial. Negou-se a levantar a luta conjunta contra a casta burocrática que quebrou a USP. Isso levou a maioria estudantil à passividade, a universidade se esvaziou e somente uma parte da vanguarda participou ativamente da greve.

A política corporativista se impôs e a direção da Amorcrusp não respondeu a ela. As propostas da Corrente Proletária, de defesa da convocação de uma Assembleia Universitária dos três setores que investigasse de forma independente as contas da universidade, elaborasse um orçamento que atendesse às reivindicações de estudantes e trabalhadores, e varresse com a burocracia instituindo um governo tripartite com mandato revogável e subordinado à assembleia universitária, foi combatida por diretores da própria Amorcrusp e não foi aprovada nem nas assembleias de moradores. Assim, a política corporativista das direções do DCE e sindicatos acabou se impondo também na moradia. A aprovação de reivindicações específicas dos moradores caiu no mesmo corporativismo, porque não poderiam, somente a partir de um setor, fazer movimento estudantil. A prática comprovou que as outras reivindicações serviram apenas de adorno à questão salarial. E não havia e não há como responder à crise da USP apenas com a questão do salário.

Combater e superar o corporativismo

A Corrente Proletária tem procurado se construir entre os moradores a partir de uma política que coloca a defesa da real autonomia e democracia universitárias, de forma a que o movimento estudantil seja um aliado dos explorados na luta contra os exploradores, na defesa da revolução proletária, que, coletivizando a produção, acabará com o domínio dos capitalistas sobre a educação e permitirá erguer uma nova universidade, como parte de uma nova sociedade, socialista. Entendemos a defesa da moradia e da permanência em geral como parte da luta pelo direito democrático de acesso à educação pública e gratuita a todos, e não como assistencialismo voltado apenas a uma pequena parte dos estudantes mais necessitados. Por isso, defendemos a permanência como parte da luta geral do movimento estudantil contra a casta burocrática que governa a universidade a mando dos capitalistas e seus governos. Essa é a essência de nosso programa. Sabemos que temos muito a fazer para que os moradores e também o movimento estudantil em geral se coloquem por essa política, que é a única que pode de fato defender as necessidades mais sentidas pelos estudantes diante dos ataques da burguesia e seus capachos à educação pública em geral.

Diante da necessidade de recompor a direção da Amorcrusp, consideramos que é vigente a necessidade da frente democrática que mantém a associação subordinada às decisões dos moradores nas assembleias. Uma frente que agrupe os independentes combativos e os militantes de correntes que se disponham a defender a democracia estudantil como meio de processar as divergências e tomar medidas de ação a partir de discussão e decisão democráticas.

Não se organizou no último período uma oposição atuante à atual gestão. O que não quer dizer que não se inscreva uma chapa oportunista montada às pressas apoiada no senso comum e na colaboração com a burocracia universitária.

Diante desse quadro, a Corrente Proletária propôs que a formação da frente por uma Amorcrusp democrática, independente da burocracia e de luta pelas reivindicações tome como ponto central de seu programa a defesa da resposta à crise da USP: construir a unidade real do movimento a partir da discussão, decisão e ação coletivas – Assembleia geral universitária, para apurar as contas, elaborar o orçamento que atenda às necessidades, varrer com a burocracia e erguer o governo tripartite – e lutar pelas reivindicações conjuntas com o método das jornadas de junho: ocupação massiva das ruas e avenidas, afetando a economia, ganhando o apoio da população assalariada para derrotar o governo e os capitalistas.

Reafirmamos que a defesa da moradia a todos, autônoma e sob controle do movimento estudantil, será realizada pelo movimento geral. O Crusp já foi muitas vezes o núcleo desse movimento (no passado e em momentos recentes). A Amorcrusp deve impulsionar essa tendência.

Governismo sai fortalecido no Congresso de estudantes da UFC

Nos dias 16 a 20 de outubro, ocorreu a nona edição do Congresso de Estudantes da UFC. Foram sete teses inscritas (Corrente Proletária Estudantil/POR, Juventude RUA/PSOL, Rede Estudantil Classista e Combativa, Movimento reinventar/PDT, Movimento que luta diferente/PT, Administração/Feaacs, Levante Popular da Juventude), 908 inscritos e 138 delegados credenciados dos campi do interior e capital. A pouca participação se deveu pela pouca divulgação e mobilização nos momentos de preparação do congresso. Apesar dos grupos de discussão e mesas terem expressado o descontentamento da grande maioria dos estudantes com a política de permanência do governo e da reitoria, os relatos sobre o valor rebaixado das bolsas, ausência de creches e problemas nas residências, o movimento não conseguiu ultrapassar a crítica superficial, não se discutiu o PNE, não se discutiu com profundidade a política de expansão do governo, onde os recursos não são suficientes e não se aprofundou o problema da crise do ensino.

A plenária final, apesar de ter terminado (diferente do congresso no ano passado com mais de 1200 inscritos) houve pouco avanço para o movimento, sequer foi deliberado ato de entrega das pautas para a reitoria. As grandes polêmicas giraram em torno da saída ou permanência da UNE, onde ganhou a segunda posição, a redução do quorum nas assembleias estudantis e criação de novas secretarias para o DCE. A permanência na UNE passou com facilidade pois não houve por parte dos setores que defendem a ruptura a preparação adequada nas bases; sobre a redução do quórum nas assembleias, o governismo defendia a permanência do quorum de 5% (cerca de 1600 estudantes) sob o argumento de que o movimento deve trabalhar para mobilizar os estudantes; e por fim a criação de novas secretarias acabou por tornar mais difícil a inscrição de uma chapa, antes bastava o número mínimo de 11 membros, agora serão preciso 19 estudantes. A renovação com a parti-

cipação de muitos estudantes novos é muito importante, porém sem a politização, esses estudantes não poderão expressar uma luta consequente e coletiva contra a política educacional do governo.

Posição das correntes

O governismo foi com certeza o grande vitorioso no congresso, o PT que mal atua na universidade compareceu em peso no congresso, somado com a UJS e o reinventar/PDT, tiveram uma posição ofensiva na defesa do governo, para isso tiveram uma grande ajuda dos pró-reitores de graduação e de assuntos estudantis que na mesa sobre permanência fizeram campanha aberta em favor do governo. Chegaram a propor uma carta de apoio a Dilma mas logo recuaram com uma carta de repúdio a candidatura de Aécio, mesmo assim alguns poucos estudantes se colocaram contra.

A Anel/PSTU, que sequer escreveu tese, assim como a UJS, só participou do congresso para defender a ruptura com a UNE, está há meses ausente do movimento e da gestão do DCE. A Corrente Proletária Estudantil atuou convocando os estudantes para discussão da nossa tese, que tinha seis eixos: o primeiro era o de que é preciso se preparar para a crise com a independência do governo seja qual for, o segundo era o rechaço ao PNE por ser privatista, o terceiro eixo era defender a autonomia universitária com o governo tripartite subordinado à assembleia universitária, o quarto eixo um programa de luta do conjunto dos trabalhadores contra o capitalismo com a defesa do salário mínimo, emprego a todos, efetivação dos trabalhadores terceirizados, estatização de toda a rede de ensino e saúde, o quinto eixo foi a defesa da permanência estudantil com a defesa do passe livre para estudantes e desempregados e por fim com a defesa do fim da repressão aos movimentos sociais.

Eleições na APUB/UFBA

É preciso derrotar a atual direção da APUB/UFBA

A atual direção governista da APUB, composta pelo PT e seguidores, ligada à federação biônica PROIFES, convocou recentemente novas eleições para a entidade, que deverão ocorrer nos dias 26 e 27 de novembro. Essa diretoria tem sido um profundo obstáculo ao avanço da organização e da luta docente na universidade e nacionalmente. Tem apoiado conscientemente as medidas do governo federal de destruição da educação pública superior e de ataques às condições de trabalho e salariais de professores, técnico-administrativos e de estudantes.

O resultado da ação do PROIFES e das entidades a ele ligados: péssimas condições de ensino e estudo nas universidades públicas e o avanço da mercantilização e desnacionalização do ensino em todo o país, por meio dos negócios

do capital nacional e internacional no campo da educação privada. Essa diretoria, como a burocracia em geral no movimento sindical, representa um retrocesso na organização dos professores e não tem armado o conjunto da categoria para enfrentar a realidade da educação superior.

Para tanto, a derrota da atual diretoria deve ser produto de um trabalho de base com os docentes, do enfrentamento da política privatista dos governos estaduais e federal e da defesa intransigente da educação pública, gratuita e científica, sob o controle de quem estuda e trabalha.

Método do PSTU e parte dos “independentes” reforça o divisionismo e a fragmentação

Porém, não se derrota a burocracia com qualquer méto-

do, mas apenas aquele que garante a discussão consciente de posições, que não exclua os que estão na luta e que garanta a unidade na prática. É este o método aplicado pelo PSTU e parte dos “independentes”?

A categoria deu um salto importante na greve de 2012, quando mostrou claramente a necessidade de organização, mobilização e luta para conquistar as reivindicações e enfrentar as medidas contra a educação pública. Mostrou a necessidade da ação direta (greves, manifestações, ocupações, assembleias) como método de luta. Mas os ganhos da greve não se manifestaram nas eleições para a entidade. Agora, nestas eleições, a Oposição à direção da APUB comparece dividida, fragmentada e dispersa, como resultado do método aplicado pelo PSTU e parte dos “independentes”, que não chamaram PLENÁRIAS ABERTAS para discussão do programa e dos nomes para a chapa, fazendo reuniões fechadas e às escondidas. O objetivo é excluir a militância aguerrida do Partido Operário Revolucionário (CPE/POR) e professores da base, considerados radicais. Na verdade, OS PROFESSORES EXCLUÍDOS SÃO AQUELES QUE ATUARAM COMBATIVAMENTE NA GREVE DE 2012 E EM TODAS AS LUTAS TRAVADAS DESDE ENTÃO CONTRA A BUROCRACIA DA APUB/PROIFES.

Esse método de exclusão, de marginalização da militância que não concilia com a diretoria da APUB/PROIFES e que aposta na luta de classes significa um retrocesso enorme para a luta da categoria e acaba por reforçar a direção da entidade e os partidos que a dirigem. É um método radicalmente contrário à democracia operária, que se apoia no debate das posições, na votação, na crítica e autocritica e na unidade de ação.

PSTU age de acordo com as suas conveniências

O PSTU usa e abusa da política oportunista. Em cada lugar tem um discurso diferente, dependendo das conveniências. Nas eleições para o SINDUECE, que ocorrem em meio a um profundo desmonte das Universidades Estaduais do Ceará (UECE, UVA, URCA), cuja categoria está em greve desde 17 de setembro, o Coletivo Andes em Luta, or-

ganizado pelo PSTU, criticou o grupo dirigente do sindicato por excluí-los da discussão e formação da chapa para as eleições da entidade.

Vejam os que diz: *“Fizemos um chamado público aos companheiros e às companheiras que constituem o grupo político dirigente do sindicato para a composição de uma chapa unitária e democrática, seguindo o mesmo caminho traçado pelo menos nos últimos três pleitos. Nas eleições passadas, frente à impossibilidade da construção dessa unidade por decisão do mesmo grupo, decidimos apoiar e votar na chapa e seguir com a unidade na luta. Com relação a eleição atual lamentamos, mais uma vez, a não efetivação da unidade, assim como não foi possível no interior do Sindicato nacional ANDES – SN e consideramos um prejuízo para o sindicato a não incorporação de companheiros que ofereceram seus nomes e se dispuseram a assumir a árdua tarefa de fortalecimento do nosso instrumento de organização de luta. Por isso, a atual chapa “Seguir na luta em defesa da universidade Pública” não representa a diversidade presente no movimento dos professores”* (Manifesto do Coletivo Andes em Luta).

Não sabemos os motivos que levaram o grupo dirigente a excluir a militância do coletivo comandado pelo PSTU. Entretanto, sabemos os motivos pelos quais o PSTU, aqui na UFBA, exclui a militância do POR e os professores “radicais” da discussão da chapa para as eleições da APUB. A CPE/POR denuncia para a categoria esse método antidemocrático, que aprofunda o divisionismo, a fragmentação e conduz às derrotas. Por isso, defendemos a realização de PLENÁRIAS ABERTAS para discutir a chapa, o programa de luta e os nomes.

Não arredaremos um só minuto da luta!

Continuaremos lutando pela unidade e por um programa de luta para os docentes local e nacionalmente, por meio da Corrente Proletária na Educação, em todas as instâncias do movimento docente e no ANDES-SN, uma luta clara, com um programa de defesa da educação pública contra o avanço do ensino privado, sem tréguas, que reforce a luta contra a burocratização dos sindicatos e por uma direção de combate à política privatista dos governos.

Adquira com o distribuidor deste jornal

Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário  2014 Partido Operário Revolucionário 4 MASSAS	50 anos da ditadura militar 1964-2014 A revolução proletária acabará com a ditadura de classe da burguesia Construir o Partido Operário Revolucionário  Partido Operário Revolucionário 4 MASSAS	Viva a Revolução Russa de 1917!  A Revolução Russa, as teses de “A Revolução Traída” e o prognóstico histórico de Trotsky Partido Operário Revolucionário 4 MASSAS	O Novo Curso  com o Prólogo da edição grega (1933) León Trotsky (1933) Partido Operário Revolucionário 4 MASSAS
--	---	--	--

Nesta edição:

- Bolívia: O que aconteceu nas eleições?
- México: o massacre de Iguala
- Viva os 97 anos da Revolução Russa!

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

O que aconteceu nas eleições?

Miragem e realidade. O tûmulo da estúpida oposição de direita. A agudização da crise capitalista colocará em pé de combate a classe revolucionária que ajustará contas com a camarilha masista

61% dos votos válidos foram para o MAS e o restante, 39%, foram distribuídos aos partidos da oposição e o voto branco. Dos 98,8% dos votos, 6,48% são votos nulos e brancos (mais do que os votos do MSM e do Partido Verde juntos), sem levar em conta a massa de abstenção, que poderá ser verificada subtraindo da quantidade de inscritos na Justiça eleitoral os votos emitidos no dia das eleições.

Visto assim o problema, trata-se de uma vitória de Pirro, levando em conta que o país gastou mais um bilhão de dólares: somando o custo do satélite Tupac Katari, do teleférico de La Paz, do G-77, dos fundos “Evo Cumpre”, da compra de aviões, helicópteros, do custo do transporte para milhares de pessoas irem aos comícios do oficialismo, dos milhões de dólares em comerciais na televisão, nos jornais e rádios. É pura aparência que Evo foi reeleito como presidente pela vontade da maioria dos bolivianos.

Por outro lado, o governo, para obter essa quantidade de votos, teve de atrair os empresários e as multinacionais, prometendo-lhes condições sociais e econômicas favoráveis, para continuar com seus gigantescos lucros, sem nenhum contratempo. Quem mais pode oferecer a esses sanguessugas maiores vantagens senão o “presidente indígena”?

O oficialismo diminuiu sua votação anterior e somente chegou aos 61% porque foi apoiado pelo voto conservador da classe dominante nativa, pela politicagem da direita tradicional mais repugnante e pelos setores do comércio, como os de Uyustus La Paz ou o Gallo de Cochabamba que, sem dúvida, se encontram em uma situação econômica muito favorável. Também pesa a favor do MAS, diante da alternativa de votar em qualquer um dos k’aras da oposição de direita, a identidade indígena-camponesa de Evo, especialmente dos amplos setores politicamente atrasados do campo.

Visto a situação eleitoral dessa forma, não nos equivocamos com a análise da situação política caracterizada pela emancipação políti-

ca de amplos setores da classe média empobrecida e do movimento operário do controle do governo masista e a tática eleitoral assumida pelo POR, chamando os explorados a repudiar a farsa eleitoral com o voto branco ou nulo. Trata-se de um voto de repúdio ao regime masista, que rapidamente se esgarçará com a revolta social que virá com o agravamento da crise econômica. Devido à queda dos preços dos minérios e dos hidrocarbonetos no mercado mundial, a crise na Bolívia se mostra no horizonte. Não se deve esquecer que os preços do gás, por exemplo, estão indexados às variações do preço do petróleo no mercado mundial. A tendência atual de queda ocasionará graves repercussões na manutenção da demagógica política distributiva do governo. Uma vez terminado o circo eleitoral, chegou a hora de pisar na realidade agravada pela pobreza, pelo desemprego, pela falta de atenção aos serviços mais básicos, como educação e saúde.

Aqueles que saíram feridos de morte são os da oposição eleitoreira. Nenhum deles foi capaz de se mostrar diferente da política burguesa e pró-imperialista que desenvolve o governo e aparecer como atrativos para o eleitorado. Todos enfrentam uma crise sem volta e os poucos que conseguiram chegar ao Parlamento terminarão levantando as mãos em favor do governo. O MSM e os Verdes perderam sua legalidade e outros, Quiroga e Doria Medina, não têm chance de aparecer como a expressão política da classe dominante boliviana, esta foi cooptada pelo MAS, porque expressa claramente os seus interesses materiais.

No entanto, aqueles que acreditam que o futuro processo político se desenvolve nos marcos da politicagem burguesa estão equivocados. Os verdadeiros sujeitos da luta de classes são os explorados, que, mais cedo ou mais tarde, têm de chocar com a classe dominante e com o imperialismo para defender seu direito de comer e ter condições de vida e de trabalho aceitáveis. É neste terreno que se definirá o futuro do país, a tarefa do momento é expulsar a burocracia corrupta dos sindicatos e da COB. A classe operária, como condição de ter sua política de classe independente, se converterá em direção da nação oprimida, indicando o caminho da revolução social.

México: o massacre de Iguala

Castigar os crimes da burguesia narcotraficante com os Tribunais Populares, baseados na mobilização geral e unitária dos explorados

Nos dias 26 e 27 de setembro, na cidade de Iguala, estado de Guerrero, desfechou-se um brutal massacre contra alunos de magistério da Escola Normal de Ayotzinapa. A escola é reconhecida pela sua tradição de lutas, pelas organizações estudantis de esquerda, pelos

piquetes de rua e pelas massivas assembleias. Seu desenvolvimento organizativo e radicalização política colocaram os estudantes à cabeça dos choques dos oprimidos da região contra o poder político e os grupos narcotraficantes.

Os estudantes deslocavam-se em ônibus até a cidade, onde realizariam uma manifestação contra o ato político promovido pela esposa do intendente José Luis Abarca, do Partido da Revolução Democrática (PRD). Maria dos Angeles Pineda Villa, além de irmã de três ex operadores do cartel Beltrán Leyva, de Sinaloa, era candidata do PRD para suceder Abarca no governo da cidade. Abarca ordenou então que se detivesse a manifestação ao diretor de Segurança Pública de Iguala, Francisco Salgado Valladares. Policiais e sicários do cartel Guerreiros Unidos (GU) realizaram uma emboscada contra os estudantes e abriram fogo. No ataque morreram seis pessoas: três alunos de Ayotzinapa, um jogador de futebol de 15 anos, o motorista e uma mulher que viajava num taxi. Além de outras 25 pessoas feridas e 43 estudantes sequestrados pelos sicários.

Um governo corroído pelo narcotráfico e cúmplice dos massacres

A convivência entre políticos, forças de segurança, judiciário e narcotraficantes no estado de Guerrero chegou a um ponto tal que o próprio organismo de inteligência federal (CISEN) tinha informes sobre os vínculos de Abarca com o cartel de Sinaloa e GU. Associa-se também à tortura e posterior assassinato de três militantes de seu próprio partido. Um dos dirigentes nacionais do PRD, René Bejarano, foi ainda mais longe: disse que no dia 2 de julho desse ano informou ao Procurador Federal Murillo dos vínculos do agora ex-prefeito com os narcotraficantes. A denúncia foi confirmada pelo procurador quando dissera que René Bejarano tinha lhe dito que *“em um homicídio em Guerrero (maio de 2013) havia elementos da delinquência organizada; que tinha provas e testemunhas, mas nunca as me entregou. Falou ao prefeito (de Iguala) que, porém, nunca deu fatos”*. Segundo o procurador, *“não ficou claro que fosse um assunto federal. Era homicídio comum (as causas por narcotráfico são de competência federal). Nunca imaginei que se cometaria tamanha barbaridade (...), poder-se-ia ter evitado”*.

Nos últimos três anos, foram achados 246 fossas com cadáveres. Os assassinados foram executados por capangas por não ter pago a cota (imposto) aos carteis. Ou por polícias que trabalham para eles sequestrando e extorquindo políticos, funcionários, lideranças sindicais de base e lutadores sociais. O governo do presidente Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional (PRI) admitiu um total de 19 mil desaparecidos em mais de dez anos. É um fato que as relações entre os políticos e os narcotraficantes fizeram-se tão estreitas que as chacinas e as desapareições são uma constante, como também foram sistematicamente acobertadas na maioria das vezes. Basta dizer que foi publicada uma ameaça de GU exigindo que se libertassem *“os 25 policiais detentos”*. E se não cumprir essa exigência, ameaçaram começar *“a dizer os nomes das pessoas gente que os apoiava no governo”*.

Por isso não foi uma surpresa que o governador de Guerrero, Angel Aguirre (PRD), dissesse que toda a polícia e os prefeitos do estado *“seriam investigados”* logo que confirmasse que os policiais estão *“a serviço do crime organizado”*. Porém, há uns dias o próprio Aguirre renunciou a seu cargo para *“não atrapalhar as apurações”*. Na verdade, por investigar supostos laços com os carteis da droga.

Decomposição do regime e desenvolvimento da crise política

Ressalta o fato do massacre de Iguala desencadear uma grave crise política. Realizou-se uma massiva greve estudantil de 48 horas, em mais de 25 estados. Praticamente toda a atividade universitária e do ensino parou e milhares de manifestantes mobilizaram-se em todo o

país. A mobilização unificou na sua pauta aos estudantes e as famílias dos desaparecidos e assassinados, porém também milhares de trabalhadores e camponeses. Exigiam do governo *“aparición com vida”* dos 43 sequestrados e o castigo aos culpados das torturas e assassinatos comprovados de seis estudantes.

As mobilizações se destacaram por serem massivas e por sua radicalização. Em Chilpancingo, capital de Guerrero, manifestantes incendiaram com bombas molotov o Palácio de Governo estadual e a Prefeitura, sequestraram caminhões e atearam fogo, construindo barricadas de rua para enfrentar a repressão policial. Umas horas antes, professores, estudantes e diversas organizações de populares se chocaram com a tropa de choque nos arredores do Parlamento estadual, que foi parcialmente destruído; e incendiaram um posto de polícia. Em Acapulco, uma mobilização de professores, camponeses e familiares dos estudantes desaparecidos repudiou com palavras de ordem o governo e as forças repressivas. A União de Povos e Organizações do Estado de Guerrero (UPOEG) coordenou as mobilizações no estado e percorreram os morros procurando eles mesmos pelos desaparecidos, mostrando profunda desconfiança nas forças federais. Soma-se aos acontecimentos um grupo de guerrilheiros dos anos 90 (ELN), que reapareceu anunciando a criação de uma *“brigada de punição”* para combater os carteis narcotraficantes e os policiais municipais associados a eles.

O governo federal foi obrigado a intervir no estado de Guerrero, a descabeçar o GU na região e prender dúzias de policiais e sicários (foram esses últimos que confirmaram que os estudantes desaparecidos foram assassinados, queimados e depois soterrados em fossas comuns). Nos fatos, o massacre aprofundou a crise política ao se ligar com as recentes execuções do exército contra 15 pessoas em Tlatlaya e com a luta dos estudantes do Instituto Nacional (com mais de 50 mil alunos) contra a aplicação da reforma educacional impulsionada por Peña Nieto.

O problema está em que a explosão de fúria popular assenta-se sobre bases materiais e sociais profundas, que ameaçam fazer saltar pelos ares o regime político e econômico sustentado na convivência entre os carteis da droga e as cúpulas política e militar do Estado. Nesse cenário de crise e de aumento de lutas, é que as forças burguesas estão obrigadas a realizar cortes cirúrgicos no estado e suas instituições com o fim de abortar a generalização da crise política.

Por detrás das medidas contra o narcotráfico sobrevoam os monopólios imperialistas

Em 1º de setembro, foi apresentado ao Congresso um pacote de reformas estruturais e que, dentre outras medidas, porá fim a 76 anos de monopólio estatal na indústria petroleira mexicana (a oitava produtora mundial). Porém, também se iniciaram reformas privatistas na educação, telecomunicações, saúde, nos bancos e nas políticas fiscais, cumprindo assim com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2018 do governo.

Segundo o plano, a privatização do setor da energia é uma *“necessidade”* em face da queda da produção (um milhão de barris por dia num prazo de uma década). E a privatização nas concessões na exploração e refino de óleo cru foi apresentada como uma solução à queda. O governo de Peña Nieto compreende que o agravamento da situação política ameaça desestabilizar o processo de reformas e que, certamente, enfrentará uma forte resistência operária e popular. E poderia impulsionar a luta de classes. Existem muitos interesses em jogo para que um movimento geral das massas ameace os interes-

ses monopolistas na privatização. Já em setembro, os Estados Unidos outorgaram um financiamento de um bilhão de dólares à petroleira estatal mexicana Pemex para pagar bens e serviços norte-americanos (serviços de perfuração, plataformas marítimas de perfuração, geradores de turbina, etc.). A “pressão” do governo norte-americano sobre Peña Nieto exigindo-lhe medidas “definitivas” contra o narcotráfico visa a criar condições jurídicas e políticas para garantir as condições para as inversões e privatizações. Milhares já foram os mortos ou desaparecidos e o governo norte-americano não mexeu uma pá. É quando estão em jogo seus interesses estratégicos no petróleo mexicano que se exige “estabilizar” a situação política e social.

No entanto, um ataque direto contra os carteis das drogas resultará, também, em choques internos entre as frações da burguesia semicolonial. Não se pode desconhecer que uma grande parte dos lucros do narcotráfico se tem “diversificado” abrangendo inversões imobiliárias, indústrias extrativas, telecomunicações; e até negócios clandestinos de venda de combustível, petróleo e gás. Negócios que envolvem inúmeros políticos, militares e capitalistas do país. Essa comunidade constituiu-se, sem dúvida, em fator de resistências internas ao governo.

Crise capitalista, decomposição do regime burguês semicolonial e luta de classes

A crise política mexicana combina-se e desenvolve-se sobre a base do crescimento das contradições econômicas e sociais resultantes da crise mundial capitalista. Desde que foi implantado o NAFTA, a renda per capita do país é inferior a 7 dólares por dia e os salários são os mais baixos de América Latina. 60% da força de trabalho é precária e informal, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho). 75% da população não possui cobertura social e aposentadoria, 13% é considerada indigente e 40% está abaixo da linha de pobreza, segundo um informe da CEPAL. Como se vê, a integração do México à economia norte-americana (disso se trata o NAFTA) desde 1995 (ano em que se aprovou a integração comercial) levou o país a retroceder brutalmente nos indicadores econômicos, sociais e políticos. Em última análise, a desintegração da economia semicolonial, assim como suas manifestações sociais e políticas correspondem diretamente ao grau e

profundidade a que chegou a subordinação do país ao imperialismo. Nesse quadro, cresce e expande o negócio do narcotráfico, que serve de válvula de escape às condições de vida para numerosas camadas sociais oprimidas e miseráveis. Enfim, o massacre de Iguala não é outra coisa que o produto social da crise capitalista e da decomposição social da semicolônia resultante do domínio do capital financeiro.

Nesse cenário de crise econômica e decomposição política do Estado e dos partidos burgueses é que as mobilizações compõem como fator de crise política. Porém, enquanto as massas não sejam independentes da política burguesa e rompam com as ilusões no regime democrático-burguês preservar-se-ão as estruturas que unificam os carteis narcotraficantes ao poder político. É um fato que os negócios ilícitos constituem uma função social para a reprodução das condições de vida de amplas camadas políticas e militares. Em última análise, o fundamental da situação política reside em que as mobilizações refletem a desconfiança das massas em face do poder político e da profunda crise econômica, que opõem as classes sociais. A luta democrática das massas para acabar com o narcotráfico e os massacres do Estado burguês narcotraficante as projeta contra o regime econômico e político de conjunto. A solução encontra-se na transformação das lutas reivindicativas em programa da revolução e ditadura proletárias. Daí que a punição aos culpados do massacre de Iguala só virá de um Tribunal Popular, baseado no armamento geral das massas.

A tarefa principal dos explorados e demais oprimidos e, fundamentalmente da vanguarda, é a de constituir uma frente única anti-imperialista e de luta contra a impunidade, os massacres e o governo corrupto, baseada em uma plataforma de reivindicações e nos métodos de ação direta de massas. É necessário que as massas ampliem a unidade nacional e organizem a autodefesa armada. Somente assim será possível projetar o movimento democrático para a expropriação da burguesia corrupta e assassina e seus agentes políticos. Tarefa essa que só pode ser resolvida pelo proletariado, constituindo-se em classe independente. O que exige que vanguarda operária e popular se constitua em partido marxista-leninista-trotskista. Não há outra via para tirar o país do atraso, da miséria e do genocídio social que representa a destruição sistemática de parte importante da sua força de trabalho.

Viva os 97 anos da Revolução Russa!

Publicamos abaixo texto de Guillermo Lora, sobre os antecedentes e a preparação da revolução de outubro de 1917, como parte de nossa campanha de defesa de sua vigência e de seu programa.

Os antecedentes

Não esqueçamos que o marxismo considera a prática revolucionária – atuação sobre a realidade para transformá-la – como a fonte da teoria e esta como alavanca que potencia a prática.

A análise autocrítica da prática é imprescindível para a elaboração teórica, para a criação das ideias.

A teoria da revolução proletária em Karl Marx é Friedrich Engels foi elaborada partindo da análise das posições dos seguidores de Francisco Noel Babeuf (1760-1797), chamado Graco, considerado um representante do “comunismo utópico”. Na França, organizaram uma sociedade secreta que preparava a insurreição para o estabelecimento da ditadura revolucionária.

Os clássicos do socialismo científico estudaram as revoluções europeias de 1848, nas quais interveio a classe operária e esses personagens foram seus combatentes.

Na circular de 1850, dirigida à Liga Comunista e assinada por

Karl Marx e Frederico Engels, se afirma que o proletariado – passando por cima das traições das expressões políticas da classe média e da burguesia – avançaria no processo da revolução para a eliminação de toda forma de opressão de classe, isto é, que a transformaria em permanente. León Trotsky, mais tarde, se inspirou nesta conclusão.

A Comuna de Paris de 1871 ensinou aos marxistas – Marx, Engels, Lênin, etc. – que a revolução vitoriosa ergueria sobre as cinzas do Estado burguês um novo Estado, que estabeleceria “a supressão da polícia, do exército, do funcionalismo”, no qual “o salário de todos os funcionários eleitos e revogáveis a qualquer momento não excederia o salário médio de um operário qualificado”, etc.

Alguns – demonstrando uma grande superficialidade, como é o caso de Suvarin – insinuam que Marx não podia tomar como exemplo a Comuna, porque em seu seio “predominavam os prudhonianos mutualistas e os jacobinos blanquistas”, que ignoravam o marxismo. A

Comuna de Paris foi o primeiro Estado operário, que não teve a finalidade de materializar determinados planos subjetivos; o que fez foi exteriorizar as tendências ocultas no seio das massas que haviam despertado na luta.

A revolução russa – tanto a de 1905 como a de 1917 – teve como uma de suas grandes referências a Comuna de Paris.

A revolução russa de fevereiro de 1905 – desde então se denomina o “Domingo Vermelho” – foi, ao mesmo tempo, o ensaio geral e o prólogo que precederam a revolução de 1917. Ambas eclodiram como consequência da derrota da Rússia em duas guerras internacionais: a primeira depois da capitulação imposta pelo Japão na Manchúria e a de 1917 como resultado da primeira guerra mundial.

Em 1905, provaram sua capacidade e suas limitações tanto as classes sociais – se revelou a particular mecânica de classes na Rússia atrasada – como as expressões políticas delas. *“Estes elementos (da revolução) compareciam como prólogo na forma abreviada, ainda sem se desenvolver. Todas as forças componentes que entraram em cena em 1905, se acham hoje iluminadas com uma luz mais viva pelo reflexo dos acontecimentos de 1917. O Outubro Vermelho – como a chamamos desde então, cresceu convertendo-se, doze anos mais tarde, em um Outubro incomparavelmente mais grandioso e verdadeiramente triunfante”* (Trotsky, 1905, prefácio à edição russa de 1922).

A greve geral proletária demonstrou ser *“o método essencial da revolução russa”*, isto desde *“a caótica greve de julho de 1903, no meio dia da Rússia”*.

Durante a Revolução de outubro de 1905, apareceram os primeiros soviets ou conselhos operários. *“O presidente do soviete de Petrogrado foi um tal Jrustalev. A vice-presidência foi ocupada por Leon Trotsky, mas, na realidade, ele foi quem dirigiu a ação do soviete. Estes primeiros conselhos operários tiveram momentaneamente uma grande importância e até o governo do czar entrou em negociações e contou com eles. Bastava uma ordem dos soviets para paralisar, por exemplo, o tráfico ferroviário”*. (Tasin)

Aqueles que se reivindicavam do marxismo colocaram a questão do poder revolucionário; e as diferentes frações do POSDR se diferenciaram com clareza em torno ao problema crucial da natureza da revolução russa, nova e inédita para o marxismo internacional. Entre 9 de janeiro e a greve de outubro de 1905, Trotsky formulou sua teoria da revolução permanente: *“queria expressar que a revolução russa, obrigada inicialmente a considerar em seu futuro mais imediato determinados objetivos burgueses, não poderia, no entanto, deter-se aí. A revolução não resolveria os problemas burgueses que se apresentavam diante dela em primeiro plano a não ser que levasse o proletariado ao poder. E uma vez que este tivesse apoderado do poder, não poderia limitar-se ao marco burguês da revolução. Muito pelo contrário, precisamente para assegurar sua vitória definitiva, a vanguarda proletária deveria, logo nos primeiros dias de sua dominação, penetrar profundamente nos domínios proibidos da propriedade, tanto burguesa como feudal. Nestas condições, era inevitável deparar-se com reações hostis dos grupos burgueses, que a apoiaram no início da luta revolucionária, e mesmo por parte das massas camponesas, que, com sua cooperação, a tinha empurrado para o poder. Os interesses contraditórios que dominavam a situação de um governo operário, em um país atrasado em que a imensa*

maioria da população era composta de camponeses, não podiam levar a uma solução a não ser no plano internacional, tendo no fundo uma revolução proletária mundial. Quando, em virtude da necessidade histórica, a revolução russa transbordasse os estreitos limites que fixava a democracia burguesa, o proletariado triunfante se veria obrigado a romper igualmente o marco da nacionalidade, isto é, deveria voltar conscientemente seu esforço para que a revolução se convertesse no prólogo da revolução mundial” (Trotsky).

A chave de todas as discussões e da prática revolucionária girou, em última instância, em torno das relações entre o campesinato – a maior parte da população e parcialmente imersa na organização pré-capitalista da comunidade, como ocorre na Bolívia – e a classe operária, fator importante, decisivo, para a caracterização do processo revolucionário.

Leon Trotsky escreveu seu “Triunfo do bolchevismo” – há uma edição espanhola com o título de “História da revolução russa” – durante as discussões de Brest-Litovsk, em fevereiro de 1918, em que

afirma que a derrota da revolução de 1905, isto é, do proletariado, se deveu *“justamente pelo fato das grandes massas de camponeses não terem saído em seu auxílio, quando se travavam as batalhas decisivas”*.

Os homens do campo que percorrem uma linha ziguezagueante entre as classes opostas e excludentes da sociedade podem definir, em certo momento, a supremacia da burguesia ou do proletariado. *“A hegemonia dos intelectuais – diz Trotsky, referindo à revolução de 1917 – da baixa classe média não significava no fundo senão que os camponeses, subitamente chamados a tomar parte na vida pública, como membros do exército, que era o instrumento de ação política, impunham com seu peso do número uma momentânea marginalização do proletariado. Enquanto os dirigentes da classe média subiam às alturas deslumbrantes, devido à poderosa força das massas do exército, os membros da classe operária, salvo suas frações mais adiantadas, tinham de acatar as lideranças do movimento e manter-se em contato com elas, sob pena de ficarem divorciados das massas camponesas... Isso explica por que, na primeira fase da nova revolução, os proletários se mostraram tão acessíveis à ideologia política dos socialistas revolucionários e dos mencheviques. Por outro lado, a revolução parecia ter despertado de um sonho os operários politicamente mais atrasados, e o impreciso radicalismo dos intelectuais era para esses operários uma escola rudimentar. Em tais condições, o Conselho de Operários, Soldados e Camponeses significava o predomínio do elemento amorfo sobre o proletariado socialista, e o do radicalismo intelectual sobre o elemento amorfo”*.

Os membros da classe operária, salvo suas frações mais adiantadas, tinham de acatar as lideranças do movimento e manter-se em contato com elas, sob pena de ficarem divorciados das massas camponesas... Isso explica por que, na primeira fase da nova revolução, os proletários se mostraram tão acessíveis à ideologia política dos socialistas revolucionários e dos mencheviques. Por outro lado, a revolução parecia ter despertado de um sonho os operários politicamente mais atrasados, e o impreciso radicalismo dos intelectuais era para esses operários uma escola rudimentar. Em tais condições, o Conselho de Operários, Soldados e Camponeses significava o predomínio do elemento amorfo sobre o proletariado socialista, e o do radicalismo intelectual sobre o elemento amorfo”.

“O edifício soviético atingiu com rapidez uma altura gigantesca, graças à participação dos intelectuais naquele trabalho, oferecendo seus conhecimentos técnicos e suas relações com a classe média. Mas para nós era perfeitamente claro que o edifício carecia de base sólida, e que cairia por terra ao iniciar-se a seguinte fase da revolução”.

Os problemas que se colocaram durante a revolução russa conservavam toda sua validade. Vivemos a época do capitalismo em decomposição. A luta pela libertação dos explorados percorrerá o caminho de acordo com as respostas que serão dadas.

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo LVI, 1991, Edições Massas)

